

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_Imprensa_9_Setembro_2021

Revista de Imprensa

1. IRS baixa para 1,5 milhões de famílias, Correio da Manhã, 09/09/2021	1
2. SNS 24 bate recorde, Correio da Manhã, 09/09/2021	4
3. Ambientalistas exigem comboio, Correio da Manhã, 09/09/2021	5
4. Saúde da função pública ameaça privados, Correio da Manhã, 09/09/2021	6
5. ADSE ameaça aplicar parte das convenções, Diário de Notícias, 09/09/2021	7
6. ADSE ameaça denunciar convenções insuficientes com privados, Inevitável, 09/09/2021	8
7. ADSE ameaça aplicar apenas parte das convenções, Jornal de Notícias, 09/09/2021	10
8. CDS quer anular subida do imposto sobre produtos petrolíferos, Jornal de Notícias, 09/09/2021	11
9. ADSE ameaça cessar acordos, Negócios, 09/09/2021	12
10. Portugal é o quarto pior na recuperação do PIB, Negócios, 09/09/2021	13
11. Governo quer contrato de concessão do serviço postal a 1 de Janeiro, Público, 09/09/2021	16
12. ADSE faz ultimato aos privados para que decidam em que áreas aplicam nova tabela de preços, Público, 09/09/2021	17
13. Ministro da Economia prevê privatizar Efacec até ao final do ano, Público, 09/09/2021	18
14. DGS quer máscaras em eventos no exterior e no recreio das escolas, Público, 09/09/2021	19
15. PRR e retoma: os ventos que empurram o OE 2022, Visão, 09/09/2021	20
16. O Avante Sombra e o futuro do PSD, Visão, 09/09/2021	24
17. Mais & Menos, Correio da Manhã, 09/09/2021	25
18. Parlamento vai alargar licenças por luto parental, Diário de Notícias, 09/09/2021	26
19. Data da providência cautelar alterada, Inevitável, 09/09/2021	28
20. Banca. UGT apela a apoio na luta contra despedimentos, Inevitável, 09/09/2021	29
21. Despedimento coletivo avança no dia 15, Jornal de Notícias, 09/09/2021	31
22. Sexagenário morre atingido por poste, Jornal de Notícias, 09/09/2021	33
23. Rio Cabrão desesperou um mês à espera do carteiro, Jornal de Notícias, 09/09/2021	34
24. Empresas criaram novos postos de trabalho, Jornal de Notícias, 09/09/2021	36
25. Greve na Docapesca paralisou lotas, diz sindicato, Jornal de Notícias, 09/09/2021	37
26. Trabalhadores não voltam à greve, Jornal de Notícias, 09/09/2021	38
27. Especialistas dizem que é inoportuno mexer nas leis do trabalho, Negócios, 09/09/2021	39

28. Despedimento na Galp avança a 15 de Setembro, Público, 09/09/2021	42
29. Luto parental na UE vai das 26 semanas na Dinamarca a apenas um dia em Malta, Público, 09/09/2021	43
30. "Não admitimos tratamento diferenciado a alguém com ADSE" - entrevista a Alexandra Leitão, Público, 09/09/2021	44



MEXIDA NO IRS

FISCALISTA | IMPACTO EM 2018

O fiscalista Luís Leon recordou ao 'Eco' que na última revisão dos escalões, em 2018, "o valor máximo de IRS que foi reduzido não chegou aos 300 euros por ano". O especialista, que integra a consultora Deloitte, realçou também que o País está "ainda longe da fiscalidade pré-'troika'".

MUDANÇAS EM DOIS ESCALÕES

Alívio no IRS para ganhos até 60 mil €



IMPOSTO ⚡ Limites dos escalões e taxas para 2022 deverão ser revistas
IMPACTO ⚡ Quase um milhão e meio de famílias deverão ser abrangidas

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA / WILSON LEDO

As famílias com rendimentos até cerca de 60 mil euros deverão sentir um alívio no IRS no próximo ano. A medida, que vai integrar o Orçamento do Estado para 2022, deverá beneficiar cerca de 1,5 milhões de agregados.

Com a intenção já anunciada pelo primeiro-ministro de desdobrar o terceiro e o sexto escalões do imposto, deverão ser revistos também os limites dos escalões intermédios bem como as taxas a aplicar a cada um deles.

O CM apurou que, no sexto escalão, a divisão - para criar um novo, que passa a ser o oitavo - deverá dar-se nos rendimentos a rondar os 60 mil euros, favorecendo assim a parte de baixo. O escalão vai hoje dos 36 967 euros aos 80 882 euros (rendimentos anuais), o que implica um corte a meio do escalão.

Já no terceiro escalão, a divisão não deverá ser feita em partes iguais. O Governo deverá optar por um corte que implica deixar um terço num dos extremos do escalão. Ou seja, se escolher concentrar a maior fatia no patamar inferior, o novo escalão deverá arrancar para quem tem rendimentos na casa dos 17 mil euros. O ter-

ceiro escalão estende-se, hoje, entre os 10 732 e os 20 322 euros anuais.

Os dois escalões que serão alvo das mudanças integram praticamente um milhão de agregados familiares, segundo as últimas estatísticas do Portal das Finanças, referentes a 2019.

Depois, é preciso ter em conta que as alterações nos terceiro e sexto escalões acabarão por se fazer sentir também nos rendimentos intermédios: os atuais quarto e quinto escalões integram praticamente meio milhão

de famílias. Assim sendo, a baixa do IRS irá abranger um total de 1,5 milhões de famílias.

A Ordem dos Contabilistas Certificados já veio sugerir que existam alterações nos limites e taxas a aplicar em todos os escalões, sugerindo ainda que o primeiro passe a integrar rendimentos até 10 mil euros. ●

COMPENSAR PERDA DE RECEITA FISCAL

Os especialistas têm levantado dúvidas sobre a forma como o Governo irá compensar a perda de receita fiscal com as mexidas no IRS, avisando para a possibilidade de subida noutras taxas. ●

PORMENORES

Peso de 45%

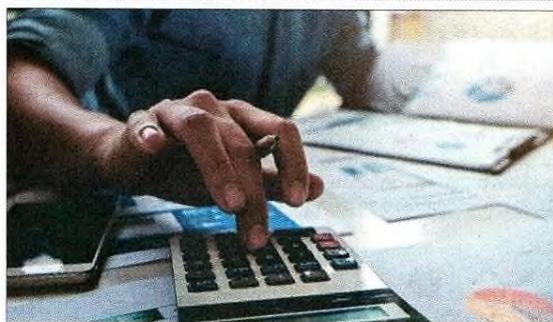
O terceiro e o sexto escalões, que serão alvo de mudanças no próximo Orçamento de Estado, abrangem 45% do IRS cobrado no ano passado.

Governo estuda

O primeiro-ministro, António Costa, já explicou que o Governo está ainda a fazer estudos e a comparar cenários, para definir os novos limites do imposto.

Valores atuais

Os contribuintes do terceiro escalão de IRS veem hoje ser aplicada uma taxa de 28,5%. Já no sexto escalão, a taxa normal está nos 45%.



Alterações vão obrigar famílias a fazer cálculos, para perceber os ganhos

Alteração significa valor pré-'troika' em escalões do imposto

Com a criação de dois novos escalões, passarão a ser nove as divisões na tabela do IRS. É mais um escalão do que os oito que existiam antes da chegada da 'troika': com as imposições desta, o governo de Passos Coelho fez, na altura, uma redução para cinco escalões. ●



EUGÉNIO ROSA | REVER TAXA MÍNIMA

A pesar de ver as alterações ao IRS como "algo positivo", o economista Eugénio Rosa lembra que a taxa mínima, aplicada ao escalão mais baixo, continua acima do período antes da 'troika'. Se hoje está nos 14,5%, em 2011 ficava-se pelos 11,5%. "Não se tem toca-do nesse valor e devia-se tocar", refere.



COSTA | "GIGANTESCA"
O PRIMEIRO-MINISTRO
CONSIDEROU QUE EXISTE UMA
"DIFERENÇA GIGANTESCA"
ENTRE OS PATAMARES MÍNIMO
E MÁXIMO DO SEXTO ESCALÃO
DO IRS, QUE QUER MUDAR.

FISCO | PRESTAÇÕES

O Fisco vai enviar planos oficiosos para pagamento do IRS em prestações aos contribuintes que não pagaram o imposto nem tomem a iniciativa de aderir a um plano prestacional. Os planos serão enviados aos contribuintes depois de esgotados os 15 dias que têm para efetuar, por sua iniciativa, um pedido de pagamento a prestações.



António Costa acenou com a medida para o próximo Orçamento

IRS Jovem passa a ser automático

❑ O Orçamento de 2022 vai contar com mudanças no IRS Jovem, aplicável até aos 26 anos: é alargado de três para cinco anos, passa a ser automático e ainda a incluir rendimentos do trabalho independente. ●

'Regressar' alargado para cinco anos

❑ Para atrair o regresso de emigrantes, o programa Regressar vai ser alargado de três para cinco anos, permitindo um desconto de 50% na fatura de IRS aos cidadãos que voltem para trabalhar em Portugal. ●



Medida para chamar emigrantes

Mexida na dedução com segundo filho

❑ O Governo acena ainda com o alargamento da majoração fiscal que dá 900 euros de dedução automática no IRS a partir do segundo filho, passando o limite dos 3 anos para os 6 anos de idade. ●

Aviso para potenciais injustiças

❑ A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados avisa que as mudanças nos escalões de IRS só serão sentidas pelas famílias se existir uma revisão das tabelas da retenção na fonte. "As pessoas só sentirão o impacto no dia a dia se houver alterações na retenção na fonte", afirma Paula Franco.

Os especialistas ouvidos pelo CM reforçam que, sem conhecer os limites de cada escalão e as taxas a aplicar, é impossível calcular, nesta fase, o impacto do alívio fiscal no bolso dos portugueses. "Abrir mais escalões pode levar, no limite, alguém a pagar mais, se o valor das taxas não for ponderado da melhor

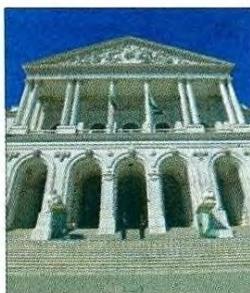


Paula Franco lembra importância de saber intervalos e taxas

forma", diz a bastonária.

Também o economista Eugénio Rosa realça que mexidas nos escalões poderão "causar distorções". Já o fiscalista João Espanha antecipa que "o efeito

será mais político do que outra coisa", já que esta é uma das mais importantes vias de receita para o Estado. "O alívio será sentido sobretudo pelos escalões mais baixos", diz. ●



Maioria tem de aprovar

Esquerda e PSD estão convencidos

❑ As alterações no IRS terão aprovação garantida no Parlamento, já que agradam aos antigos parceiros de gerin-gonça, mas também ao principal partido da oposição, o PSD. Os partidos esperam mais detalhes para negociarem a medida anunciada pelo primeiro-ministro. ●



QUINTA-FEIRA 09/09/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)

VIDAS P.41 A 45
IARA DIAS APANHADA COM MILIONÁRIO
'Ex' de Schmelz com empresário na Suíça

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

CAOS NA JUSTIÇA
APAGÃO ADIA SESSÕES DE TRIBUNAL
P.48

TEXTOR E 'REI DOS FRANGOS' NA COMPRA DAS AÇÕES DE VIEIRA

OPERAÇÃO BENFICA EXIGE CONHECER TODA A INFORMAÇÃO. CM REVELA CIRCUITO DO NEGÓCIO P.4 E 5

SAIBA O QUE VAI ACONTECER COM O IMPOSTO SOBRE O TRABALHO P.12 E 13

IRS BAIXA PARA 1,5 MILHÕES DE FAMÍLIAS

RENDIMENTOS ATÉ 60 MIL EUROS BENEFICIADOS

- **SEXTO ESCALÃO**, dos 36 mil aos 80 mil euros, cortado a meio
- **TERCEIRO ESCALÃO** dividido em dois, dos 10 mil aos 17 mil euros e deste valor até 20 mil

DESCONFINAMENTO P.8 E 9
MÁSCARA RECOMENDADA NOS RECREIOS DAS ESCOLAS



CONFISSÃO EM TRIBUNAL P.16
"MALDITA HORA, DEIXEI DE SABER O QUE FAZIA"

Mata ex-mulher a tiro. Diz que a amava

DOR DE CABEÇA P.34
JESUS CENTRAIS ANDAM EM VIAGEM

LIGA AO RUBRO
AMORIM LESÕES COMPLICAM ESTRATÉGIA DO LEÃO
CONCEIÇÃO DRAGÃO IRRITADO COM FERNANDO SANTOS

CLÁSSICO P.6 E 7

SEGURANÇA P.15
Funcionária do SEF auxilia terrorista

VIGILANTE DE JUNTA P.14
Agredido no trabalho vai morrer a casa

ORDEM AUMENTA EXIGÊNCIA P.19
Advogados vão ter de estudar mais

Uma história tão rica que está gravada em moedas.

CORREIO

Todas as 5^{as} feiras

POUR APENAS **4,95€** + JORNAL

Facilidade + OFERTA de 2 réplicas de moedas

idealista

O portal imobiliário líder em Portugal



4 MILHÕES DE CHAMADAS

SNS 24 bate recorde

OS SNS 24 atendeu, este ano, mais de 4,04 milhões de chamadas telefónicas (4 040 702 até ao dia 7 de setembro). Este ano é, assim, recordista em número de telefonemas atendidos, superando 2020. Julho foi o terceiro mês com mais chamadas atendidas de sempre, com mais de 736 mil contactos telefónicos. A Linha de Aconselhamento Psicológico deu seguimento a mais de 105 mil chamadas desde 1 de abril de 2020.

MONTIJO - NOVO AEROPORTO



Ligação ferroviária não está excluída no Montijo, alega o ministro Pedro Nuno Santos. Ambientalistas dizem o contrário

Ambientalistas exigem comboio

CRÍTICAS ➔ Solução sem ligação ferroviária contestada por associações

JOÃO SARAGAMO

A exclusão de uma ligação por comboio ao novo aeroporto de Lisboa motiva críticas de oito organizações ambientalistas, que acusam o Governo de impedir uma avaliação ambiental estratégica “séria e verdadeira”. Uma acusação que o Governo recusa. O ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, garante que “não está excluída à partida qualquer ligação ferroviária ao Montijo, ao contrário do que está a ser assumido” pelos ambientalistas.

O Governo recusa, contudo, voltar a discutir um “número

indefinido” de soluções. Uma decisão contestada pelas associações ambientalistas, que apontam que o estudo, para o qual o Instituto da Mobilidade e Transportes lançou concurso público, destina-se a “comparar apenas três soluções, o que inquina o processo e lhe retira o caráter” de avaliação ambiental estratégica.

Duas das três soluções referem-se ao aeroporto no Montijo. A terceira prevê a construção no Campo de Tiro de Alcochete. As oito entidades (ZERO,

ANP/WWF, FAPAS, Geota, LPN, Quercus, SPEA e SPECO) afirmam que o executivo não tem “visão estratégica” ao não optar por uma ligação ferroviária ao projeto, referindo que “a ferrovia ganha preponderância na

Europa” e que a solução do aeroporto no Montijo, “ao

qual o comboio nunca poderá chegar, é um anacronismo”. Recorde-se que a ligação ferroviária ao Montijo a partir do Pinhal Novo, com 15 quilómetros, foi encerrada em 1989, dando lugar a uma ciclovia. ●

CICLOVIA OCUPA O LUGAR DA LINHA FÉRREA ENTRE MONTIJO E PINHAL NOVO



1,2 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS

Saúde da função pública ameaça privados

ADSE Instituto de Proteção e Assistência na Doença pondera denunciar acordo com prestadores
MOTIVO Grupos Luz Saúde e Cuf pretendem excluir da convenção alguns atos clínicos

EDGAR NASCIMENTO

O Instituto de Proteção e Assistência na Doença (ADSE) ameaça denunciar as convenções com os hospitais e clínicas privadas nas áreas em que os serviços ou o corpo clínico não são suficientes, desde que haja alternativas no regime convencionado.

Esta é a resposta da entidade que tem 1,2 milhões de beneficiários (funcionários ou aposentados da Administração Pública e familiares) face à posição assumida pelos grupos Luz Saúde e Cuf em relação às novas tabelas do regime convencionado, em vigor desde dia 1. Os privados pretendem

BENEFICIÁRIOS DA ADSE PAGAM 5€ POR CONSULTA DE ESPECIALIDADE

excluir da convenção alguns atos clínicos.

O Conselho Diretivo da ADSE manifesta “estranheza” em relação ao pedido de retirada da convenção de atos ou exames que “não sofreram qualquer alteração e que eram prestados até aqui com os mesmos preços”. Dá como exemplos as endoscopias ou as colonoscopias, “ou o pedido de retirada de atos médicos ou exames que sofreram um enorme aumento na nova tabela, como é o caso de algumas consultas de especialidade, quando todas sofreram um aumento de 35% à exceção da pediatria que aumentou 90%”. Os beneficiários da



Exclusão de atos clínicos por alguns grupos de saúde privados portugueses não agradam à ADSE, que promete reagir

SAIBA MAIS

Criada em 1963

Em 1963 foi criada a Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (ADSE), tutelada pelo Ministério das Finanças. O ministro das Finanças era António Manuel Pinto Barbosa, que morreu em 2006.

3,5

Os beneficiários titulares estão sujeitos ao pagamento do desconto para a ADSE de 3,5% sobre a sua remuneração base, pensão ou reforma, subsídio de férias e de Natal.

179 trabalhadores

No final de 2020 a ADSE empregava 179 pessoas e contou com 41 médicos avançados, para a realização das juntas médicas (em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro) e consultas (em Lisboa).

ADSE pagam 5 € por consulta (antes pagavam 3,99), e o subsistema paga 20 (eram 14,47).

Óscar Gaspar, presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, já afirmou que é “estranho” que as tabelas da ADSE imponham valores mínimos de honorários médicos: “Há um pagamento do Estado a uma entidade privada e depois o Estado diz como é que a entidade privada pode usar esse dinheiro.”



ADSE ameaça aplicar parte das convenções

SAÚDE Depois de CUF e Luz Saúde recusarem preços convencionados, instituto pondera denunciar áreas dos acordos em que faltem médicos.

TEXTO **MARIA CAETANO**

ADSE admitiu ontem a possibilidade de denunciar parcialmente convenções com os prestadores de saúde onde atos e serviços médicos tenham pessoal insuficiente ou a prestação de serviços aos beneficiários não seja integrada. Numa comunicação aos beneficiários, o instituto público avisou os prestadores da possibilidade de denunciar convenções “nas áreas ou valências em que se verifique que a prestação de serviços por um prestador não é integrada ou que o corpo clínico afeto à convenção não é suficiente e sempre que estejam salvaguardadas alternativas viáveis para redirecionar o beneficiário dentro da rede de prestadores convencionados”.

A possibilidade de denunciar em parte a aplicação das convenções com prestadores de saúde, que se regem por novas tabelas de preços desde o passado dia 1, foi anunciada depois de dois dos maiores grupos privados do setor, CUF e Luz Saúde, terem anunciado a exclusão dos acordos de serviços e atos médicos, que passam ser cobrados pelas regras de regime livre e com tabelas de preços especiais. Também o grupo Lusíadas admitiu já avançar com igual medida.

Na decisão, a Luz Saúde argumentou que a “nova tabela decidida pela ADSE não valoriza de forma adequada os custos inerentes

aos *standards* clínicos” com que trabalha. Tal como a CUF, remete agora os subscritores da ADSE (e dos subsistemas de saúde da PSP, GNR, e dos militares) para uma tabela “especial” de preços na qual os beneficiários serão reembolsados de despesa mais tarde pelas regras do regime livre.

A decisão eleva, por exemplo, os preços das consultas de especialidade para até 40 euros, quando via regime convencionado, juntando copagamentos de beneficiários e ADSE, rondariam os 25 euros. São também remetidos para tabelas especiais exames como colonoscopias e endoscopias, internamentos, partos e cirurgias, dependendo do prestador. No caso dos partos e de exames de gastroenterologia há no entanto um período transitório durante o qual irá ain-

da aplicar-se o regime convencionado.

A rejeição de parte das tabelas terá um limite, que a ADSE não explicita. Assegura, porém, que não permitirá que seja posta em causa a coerência dos preços tabelados no documento que se encontrava em negociações desde 2017. Assim, diz, “para dar previsibilidade aos custos suportados pelos beneficiários, e tendo em conta o equilíbrio das tabelas, a ADSE não aceitará que na mesma tabela, a par do número de atos convencionados, haja um número tal de atos em regime livre que ponha em causa a coerência das tabelas, bem como a completude do serviço prestado ao beneficiário”.

As regras gerais das novas tabelas em vigor permitem a denúncia de convenções quando o número de médicos afetos por especialidade seja diminuído face ao acordado com o subsistema de saúde. Referem também que quando há desassociação de médicos das convenções estes não podem prestar os mesmos atos em regime livre por um ano.

Apesar da ameaça de denúncia parcial de convenções, a ADSE reitera a intenção de rever preços da tabela que entrou em vigor “com a maior brevidade”, nomeadamente, para partos, testes de psicologia, e cirurgias tiroidectomia, hérnia e gastrectomia parcial.

maria.s.caetano@diheirovivo.pt

ADSE assegura que não permitirá que seja posta em causa a coerência dos preços tabelados no documento em negociações desde 2017.



ADSE reitera a intenção de rever preços da tabela que entrou em vigor “com a maior brevidade”.

JORGE AMARAL/GLOBAL IMAGENS



A Radar //



Novas tabelas de preços para o regime convenção vigoram há uma semana

BRUNO GONÇALVES

ADSE ameaça denunciar convenções insuficientes com grupos privados

Subsistema de saúde dos funcionários públicos admite corrigir alguns preços mas anuncia que poderá vir a denunciar acordos insuficientes.

MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

Uma semana depois da entrada em vigor das novas tabelas de faturação dos hospitais, clínicas e beneficiários no regime convenção na ADSE, o subsistema de saúde assume uma posição de força face ao anúncio de cortes nas convenções por parte dos maiores grupos privados de saúde. Numa nota dirigida aos beneficiários, a ADSE anuncia que se encontra a ajustar as tabelas em algumas áreas mas assegura que o processo de revisão de preços foi "transparente e negociado" e que "defendeu e continuará a defender intransigentemente os seus interesses".

Na mesma nota, a ADSE anuncia que "para dar previsibilidade aos custos suportados pelos beneficiários, e tendo em conta o equilíbrio das tabelas, a ADSE não aceitará que na mesma tabela, a par do número de atos convenção, haja um número tal de atos em regime livre que ponha em causa a coerência das tabelas, bem como a completude do serviço prestado ao beneficiário". E ameaça vir a denunciar convenções caso não considere a oferta adequada.

Recorde-se que as novas tabelas de preços para o regime convenção, aquele em que os beneficiários fazem apenas um co-pagamento quando recorrem a unidades com acordo com o

subsistema no setor privado de saúde, entraram em vigor na quarta-feira da semana passada.

Com a entrada em vigor das novas tabelas, os grupos Luz Saúde, CUF e Lusíadas anunciaram que alguns procedimentos iriam deixar de estar abrangidos pelas convenções, dependendo também dos médicos, das especialidades e da localização, em alguns casos com um período de transição. Foi o caso dos partos, que tanto a Luz Saúde como a CUF, como o *i* noticiou na semana passada, retiraram das convenções com a ADSE a partir de janeiro do próximo ano. Nos casos em que os procedimentos deixem de estar incluídos nos acordos, os privados anunciaram tabelas de preços especiais a que

os beneficiários poderiam recorrer em regime livre, ou seja, pedido posterior reembolso à ADSE – CUF e Luz já as divulgaram, Lusíadas ainda não.

Durante o fim de semana, Eugénio Rosa, representante dos beneficiários no conselho diretivo da ADSE, teceu duras críticas ao que considerou uma estratégia "articulada" e "sofisticada" por parte dos maiores grupos privados para empurrar os beneficiários para o regime livre da ADSE, com a intenção de destruir o setor convenção, fugindo a preços controlados.

Agora, e depois de na semana passada a presidente da ADSE ter admitido ajustes nas tabelas lamentando que os privados não tenham convenções para todas as áreas, o conselho diretivo do subsistema de saúde pública anuncia que em áreas como os partos, testes de psicologias e cirurgias tiroidectomia, hérnia e gastrectomia parcial os preços serão ainda ajustados, mas quando ao resto haverá um travão às movimentações dos privados. E não é só a faturação que será tida em conta, também a diminuição de oferta poderá vir a levar a denúncia de convenções, ameaça a ADSE. "Na defesa da manutenção de serviço de qualidade aos seus beneficiários, a ADSE está a ponderar a possibilidade de denunciar a convenção nas áreas ou valências em que se verificar que a prestação de serviços por um prestador não é integrada ou que o corpo clínico afetado à convenção não é suficiente e sempre que estejam salvaguardadas alternativas viáveis para redirecionar o beneficiário dentro da rede de prestadores convenção", anunciou o subsistema de saúde.

A ADSE diz ainda registar "com estranheza" o pedido de retirada da convenção de atos ou exames que não sofreram qualquer alteração na nova tabela e que eram prestados até aqui com os mesmos preços, como é o caso, por exemplo, das endoscopias ou das colonoscopias, ou o pedido de retirada da convenção de atos médicos ou exames que, pelo contrário, sofreram um enorme aumento na nova tabela, como é o caso de algumas consultas de especialidade, quando todas sofreram um aumento de 35% à exceção da pediatria que aumentou 90% em relação aos preços anteriormente praticados.

No fim de semana, Eugénio Rosa já tinha aconselhado os beneficiários a verificarem, quando marcarem uma consulta ou cirurgia, se a mesma continua a fazer parte das convenções, falando de uma recomendação para "não serem enganados". A ADSE, por outras palavras, manifesta a mesma preocupação com decisões esclarecidas por parte dos beneficiários. "Para que os beneficiários possam fazer escolhas esclarecidas e possam conhecer antecipadamente o regime aplicável aos atos médicos a que pretendem aceder, sem estarem sujeitos a surpresas no momento do pagamento, ADSE Direta estará sempre atualizada com a identificação dos prestadores que prestam atos da tabela em regime convenção", assegura.

ADSE compromete-se a ajustar novos preços para partos e algumas cirurgias

Subsistema admite no entanto "estranheza" com algumas decisões dos prestadores

DEBATES NO PAÍS DAS MARAVILHAS

Primeiros salários longe dos 2700 euros e T3 em Lisboa por 250 mil até há mas só em algumas freguesias
No site do IEFP há propostas de trabalho para farmacêuticos, enfermeiros e engenheiros
abaixo dos mil euros líquidos // PÁGS. 2-3



Afeganistão. Como escolher uma entre cinco mulheres?

O ministro da Defesa disse que só pode vir para Portugal uma mulher por cada agregado familiar de refugiados afegãos, contrariando a poligamia que está prevista na lei afegã

“A política talibã é baseada na escravidão sexual e tal afeta diretamente o género feminino. O Governo português e os restantes do Ocidente têm muita culpa da forma como este conflito está a decorrer e têm a obrigação de auxiliar quem está a sofrer” // PÁGS. 14-19



Homossexualidade em cima da mesa
CANDIDATO DO PS CHAMA “PANASCA” A CONCORRENTE DO PSD // PÁG. 32

PSP apresenta queixa e responde a juiz negacionista

“Os comportamentos verificados tiveram o aparente objetivo de provocar os Policiais em serviço, que, no entanto, mantiveram uma postura profissional, calma e serena, própria de quem está ciente da sua missão, o que se salienta e enaltece”, escreveu o diretor nacional da PSP // PÁG. 9

Autárquicas em Braga. PSD quer manter o grande ‘saque’ de 2013 // PÁGS. 4-5

Parlamento. CDS propõe regressão nos impostos sobre combustíveis // PÁG. 6

ADSE ameaça denunciar convenções insuficientes com privados // PÁG. 8

Banca. UGT apela a apoio na luta contra despedimentos // PÁG. 10

Francisco Guimaráes. O mais jovem treinador de futebol português // PÁGS. 22-23



ADSE lembra que as novas tabelas foram negociadas com os privados

ADSE ameaça aplicar apenas parte das convenções

CUF e Luz Saúde recusaram preços convencionados de alguns atos e serviços médicos das novas tabelas

Maria Caetano

maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

SAÚDE A ADSE admitiu, ontem, a possibilidade de denunciar parcialmente convenções com os prestadores de saúde onde atos e serviços médicos tenham pessoal insuficiente ou a prestação de serviços aos beneficiários não seja integrada.

Numa comunicação aos beneficiários, o instituto avisou os prestadores da possibilidade de denunciar convenções “nas áreas ou valências em que se verificar que a prestação de serviços por um prestador não é integrada ou que o corpo clínico afeto à convenção não é suficiente e sempre que estejam salvaguardadas alternativas viáveis para redirecionar o beneficiário dentro da rede de prestadores convencionados”.

A possibilidade de denúncia parcial da aplicação das convenções com prestadores de saúde, que se regem por novas tabelas de preços desde o dia 1, foi anunciada depois de dois dos maiores grupos privados do setor, CUF e Luz Saúde, terem

anunciado a exclusão dos acordos de serviços e atos médicos, que passam a ser cobrados pelas regras de regime livre e com tabelas de preços especiais. Também o grupo Lusíadas admitiu já avançar com igual medida.

REEMBOLSAR DEPOIS

Na decisão, a Luz Saúde argumentou que a “nova tabela decidida pela ADSE não valoriza de forma adequada os custos inerentes aos standards clínicos” com que trabalha. Tal como a CUF,

REGRAS

Denúncia

As normas das novas tabelas permitem a denúncia de convenções quando o número de médicos afetos por especialidade seja diminuído face ao acordado.

Médicos

Quando há desassociação de médicos, estes não podem prestar os mesmos atos em regime livre por um ano, diz a ADSE.

remete agora os subscritores da ADSE (e também dos subsistemas de saúde da PSP, GNR, e dos militares) para uma tabela “especial” de preços na qual os beneficiários serão reembolsados de despesa mais tarde pelas regras do regime livre.

A rejeição de parte das tabelas terá um limite, que a ADSE não explicita. Assegura, porém, que não permitirá que seja posta em causa a coerência dos preços tabelados no documento que se encontrava em negociações desde 2017. Assim, diz, “para dar previsibilidade aos custos suportados pelos beneficiários, e tendo em conta o equilíbrio das tabelas, a ADSE não aceitará que na mesma tabela, a par do número de atos convencionados, haja um número tal de atos em regime livre que ponha em causa a coerência das tabelas, bem como a completude do serviço prestado ao beneficiário”.

Apesar da ameaça de denúncia parcial de convenções, a ADSE reitera a intenção de rever preços da tabela que entrou em vigor “com a maior brevidade”. ●



CDS quer anular subida do imposto sobre produtos petrolíferos

Partido diz que taxa “sobrecarrega” famílias e empresas. Segundo dados da APETRO, 59% do preço de um litro de gasolina vai para o Estado

PARLAMENTO O CDS entregou ontem, no Parlamento, um projeto de lei para eliminar o aumento do Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos (ISP). O partido entende que o acréscimo de seis centavos do valor dessa taxa, decretado pelo Governo em fevereiro de 2016, “sobrecarrega” famílias e empresas. Por isso, avança com uma medida que visa aumentar o “rendimento disponível” das primeiras e a “capacidade de investir na economia” das segundas.

Os democratas-cristãos lembram que, ao contrário do que sucedia quando o Executivo aumentou o ISP, “hoje, o petróleo já não está com um preço baixo”. Destacam a “enorme subida da carga fiscal sobre os combustíveis” e afirmam que a totalidade do imposto co-

brado pelo Estado “é superior ao aumento de ISP perspetivado pelo Governo, onde se estabelecia, como valor de referência de carga fiscal, 88 centavos por litro na gasolina e 61 centavos no gasóleo”. Em 2015, o preço da gasolina e do gasóleo em Portugal estavam “abaixo da média de preços” da União Europeia (UE) e da Zona Euro. Já em agosto de 2020, segundo a APETRO, o ISP encontrava-se “muito acima da média da UE”: 0,667 contra 0,554 no caso da gasolina sem chumbo e 0,513 contra 0,444 no caso do gasóleo.

Segundo os dados da APETRO, relativos ao mês passado, cada litro de gasolina custa 1,659€ e 59% (0,978€) vão para impostos. Destes, 68% dizem respeito ao ISP e 32% ao IVA. ● J. V. S.



CONVENÇÕES ADSE AMEAÇA CESSAR ACORDOS

A ADSE está a “ponderar a possibilidade de denunciar a convenção” com prestadores de saúde privados “nas áreas ou valências” onde detetar que os serviços ou o corpo clínico não são suficientes, foi ontem anunciado. ■



Portugal mais atrasado a recuperar PIB pré-covid



Depois da forte contração do ano passado e do impacto da terceira vaga no início de 2021, a economia ainda não está ao nível do final de 2019.

CONJUNTURA

Portugal mais atrasado a recuperar PIB pré-covid

No segundo trimestre do ano, apenas 10 países da União Europeia já estavam com o produto igual ou superior ao final de 2019, o último trimestre sem indícios de pandemia no Velho Continente. Portugal é o quarto mais atrasado. Irlanda lidera retoma da economia.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

Portugal registou o segundo maior crescimento económico no segundo trimestre deste ano, face aos primeiros três meses de 2021, mas a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) ainda não foi sufi-

ciente para recuperar os valores pré-pandemia, de acordo com os cálculos do Negócios com base nos dados do Eurostat divulgados esta semana.

Para este exercício, considerou-se como ponto de referência o último trimestre de 2019 quando a crise sanitária ainda não tinha chegado à Europa – os primeiros dois casos oficiais e confirmados surgiram apenas no dia 24 de janeiro de 2020, em França. Em Portugal, só no início de março foram diagnosticados os primeiros

4,6%

ATRASSO

No segundo trimestre, a economia ainda estava 4,6% abaixo do nível pré-covid do final de 2019.

dois doentes infetados com o novo coronavírus.

Entre os meses de abril e junho, a economia nacional cresceu 4,9% face ao trimestre anterior, o equivalente a 48,1 mil milhões de euros (a preços de mercado, ajustados de calendário e sazonalidade), quando no final 2019, a riqueza produzida totalizou 50,5 mil milhões de euros, ou seja, ainda faltam 4,6% para chegar ao mesmo valor do nível pré-pandemia.

Os dados divulgados na terça-feira pelo gabinete europeu de es-

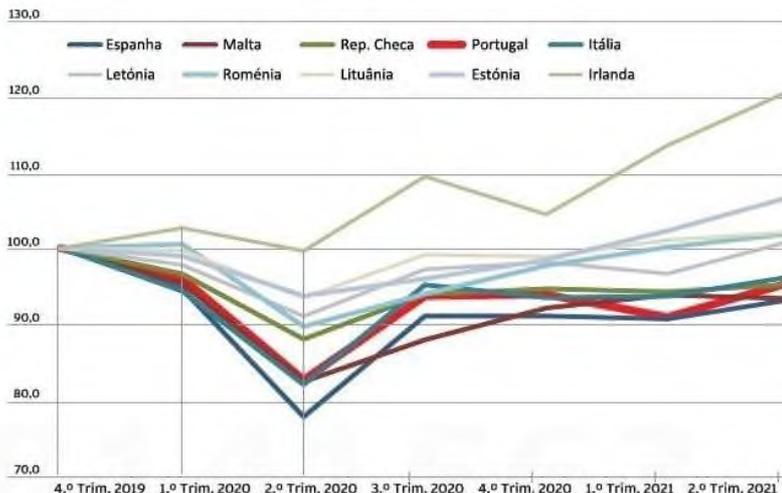
tatística já permitem uma análise alargada a quase todos os Estados-membros (apenas o Luxemburgo não publicou o valor do PIB para o segundo trimestre). Entre as 26 economias europeias com informação disponível para o segundo trimestre, Portugal está no grupo dos países que ainda não conseguiram recuperar para o patamar pré-pandemia e é mesmo o quarto com o maior atraso: à frente estão Espanha – que lidera este ranking –, segue-se Malta e a fechar o pódio está a República



O RITMO DE RECUPERAÇÃO PARA OS NÍVEIS PRÉ-PANDEMIA NÃO É IGUAL PARA TODOS

PIB a preços de mercado, valores trimestrais (Índice, 4.º trimestre de 2019 = 100)

A Irlanda supera todos os Estados-membros na corrida pela recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) para os níveis anteriores à crise sanitária na União Europeia (UE). Portugal está no lote de países que ainda se encontram abaixo do patamar do último trimestre de 2019, considerado o ponto de referência para este exercício. No conjunto, a UE e a Zona Euro também ainda não atingiram os valores do final de 2019.



Fonte: Eurostat e cálculos Negócios

PREVISÕES
Centeno é o mais otimista de todos

Dos mais pessimistas aos mais otimistas, as previsões de crescimento para a economia portuguesa para este ano têm um intervalo relativamente grande, sendo que as mais recentes são as mais bondosas. É o caso do Banco de Portugal, liderado por Mário Centeno, que espera uma expansão do produto de 4,8%, acima de todas as instituições que fazem projeções oficiais. Até agora, o Governo tem mantido o valor inscrito no Programa de Estabilidade apresentado em abril, mas tanto o ministro das Finanças como o da Economia dão sinais de que a meta vai ser revista em alta, podendo aproximar-se de uma variação de 5%. A Comissão Europeia e o FMI apontam para um crescimento de 3,9% para o conjunto do ano. Mais modestas são as projeções apresentadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (3,7%) e pelo Conselho das Finanças Públicas (3,3%), mas estes dados foram publicados em maio e em março, respetivamente. O CFP vai atualizar as perspetivas económicas e orçamentais dentro de uma semana, já incorporando os dados mais recentes da atividade económica e o avanço do processo de vacinação que tem permitido aliviar as restrições da pandemia.

4,0%

GOVERNO
João Leão tem mantido a previsão inscrita no Programa de Estabilidade em abril, mas dá sinais de rever em alta esse valor.

4,8%

BANCO DE PORTUGAL
Das previsões oficiais é a mais otimista de todas, apontando para uma recuperação “rápida” por comparação com anteriores recessões.



Acho que [o crescimento económico] vai estar mais próximo dos 5% do que dos 4%.

PEDRO SIZA VIEIRA
Ministro da Economia em declarações à RTP

Alguns Estados-membros verão a sua economia regressar aos níveis anteriores à crise no terceiro trimestre de 2021, mas outros terão de esperar mais.

PAOLO GENTILONI
Comissário europeu da Economia



Checa. A terceira vaga da pandemia, que atingiu Portugal no início do ano e levou a um segundo confinamento geral, foi das mais profundas em todo o mundo, de acordo com um estudo da Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos. As consequências na atividade económica foram significativas e fizeram-se sentir, com o PIB em cadeia a contrair 3,2%.

Contudo, o ministro das Finanças, João Leão, acredita que a economia está numa “fase de grande recuperação”, afirmou no início deste mês, apontando para indicadores “muito positivos” já no terceiro trimestre, como o caso do desemprego. Já o ministro da Economia, Siza Vieira, acredita que o crescimento “vai estar mais próximo dos 5% do que dos 4%”, segundo indicou o governante numa entrevista à RTP, apontando resultados em agosto que “ultrapassaram todas as expectativas.”

As grandes potências económicas europeias também ainda não conseguiram recuperar os níveis do PIB do final de 2019.

Itália está 3,3% abaixo dos valores pré-pandemia, a Alemanha regista um atraso de 3,3% e França ainda tem um “afastamento de” 3,2%.

Irlanda lidera recuperação
No conjunto da União Europeia (UE), o produto interno bruto ainda não está aos níveis do último trimestre de 2019. O PIB da UE ficou 2,2% abaixo do período pré-pandemia e o mesmo acontece com o bloco da moeda única, com os 19 países que o compõem a registarem um afastamento de 2,5% face ao período de referência. A explicar esta “demora” estão as quedas registadas nas grandes economias da região que arrastaram a média para baixo.

Nas previsões intercalares de verão, divulgadas em julho, a Comissão Europeia apontou para que o PIB da área do euro atinja o nível pré-crise sanitária já em finais de 2021, sendo que as projeções atuais são animadas por uma recuperação do efeito base da procura privada, bem como pelas expectativas do

impacto dos desembolsos do Fundo Europeu de Recuperação e Resiliência - a chamada bazuca.

No oposto da tabela, estão dez Estados-membros que conseguiram já superar os valores do final de 2019, numa lista liderada pela Irlanda. O antigo “tigre celta” registou no segundo trimestre um valor do PIB 20,7% superior ao patamar pré-pandemia.

Neste lote, mas muito afastados dos irlandeses, estão ainda os países do Leste europeu: a Estónia, a Lituânia, a Roménia e a Letónia, que apresentam valores ligeiramente acima do ponto de partida para este exercício. E há a surpresa da Grécia que também já superou, ainda que ligeiramente, os valores do último trimestre de 2019, apesar da elevada dependência do turismo, uma atividade que foi sujeita a fortes restrições nos primeiros meses do ano, apenas aliviadas com a introdução do certificado digital que permite a circulação de pessoas na União Europeia. ■

negócios

Quinta-feira, 9 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4576 | € 2,70
 Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

PAULO MORGADO
 A gestão por "batch"
 e a falta de produtividade
 OPINIÃO 26



A. NOGUEIRA LEITE
 É de temer o modo como o
 país vai estar depois do PRR
 OPINIÃO 27



Publicidade



O meu 11 de setembro

20 gestores contam onde estavam, o que faziam e as memórias desse dia

Foi difícil separar a realidade da ficção. A principal prioridade passou por tirar colaboradores e familiares de eventuais zonas de perigo.

Passámos a viver muito mais dominados pelo medo, o que transformou por completo as relações entre Estados, empresas e pessoas.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



BA&N
 Communications Consultancy
 Communications consultancy designed to deliver results.
 www.ban.pt

Lex

Especialistas dizem que é inoportuno mexer nas leis do trabalho

ESPECIAL 12 e 13

Bolsa
 Greenvolt foi promovida e vai entrar no PSI-20 a 20 de setembro

HOME PAGE 2

Publicidade

2021
 5ª EDIÇÃO
 UMA ÁRVORE PELA FLORESTA
 2021 5ª EDIÇÃO
 UMA ÁRVORE PELA FLORESTA
 ctt

Portugal é o quarto pior na recuperação do PIB

No segundo trimestre, apenas 10 países da UE já estavam com o produto igual ou superior ao final de 2019. Irlanda lidera a retoma. ECONOMIA 10 e 11

Contabilista do GES quis compensação financeira para manter o silêncio

EMPRESAS 16 e 17

O que preocupa o setor automóvel? Quando é que chegam os "chips"

EMPRESAS 18



Governo quer contrato de concessão do serviço postal a 1 de Janeiro

Lúisa Pinto e Ana Brito

Tutela vai levar a Conselho de Ministros decisão que permitirá continuidade do serviço neste momento concessionado aos CTT

O Governo quer ter o novo contrato de concessão referente ao serviço postal universal assinado até final do ano e a entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2022. Foi isso mesmo que confirmou ao PÚBLICO o Ministério das Infra-Estruturas e da Habitação (MIH), que tem a tutela das comunicações, depois de informar que já recebeu o relatório com as conclusões do grupo de trabalho criado em Fevereiro para fazer uma análise à evolução do serviço universal postal.

O ministério onde funciona a Secretaria de Estado das Comunicações, liderada por Hugo Mendes, referiu que se prepara para levar a Conselho de Ministros uma resolução que reflectirá as conclusões do Governo sobre essa análise feita no grupo em que participaram precisamente um representante do secretário de Estado adjunto e das Comunicações e um representante do Ministério das Finanças.

Em resposta às questões colocadas pelo PÚBLICO, fonte do MIH refere que a intenção do Governo passa por encontrar um novo prestador de serviço postal – ao invés de fazer mais uma prorrogação ao actual contrato.

Questionado sobre a existência de condições para lançar um concurso público internacional com prazos tão apertados, o gabinete de Pedro Nuno Santos garante que o procedimento encontrado “deverá ficar concluído até ao final do ano”, mas não confirmou se a modalidade escolhida será um concurso público ou outra das que o Código dos Contratos Públicos também prevê, como o concurso limitado por prévia qualificação, o procedimento de negociação, o diálogo concorrencial, ou, em determinadas situações, o ajuste directo.

O actual contrato de concessão do serviço postal universal termina a 31 de Dezembro, depois de ter sido prorrogado unilateralmente pelo Governo no ano passado. Devido a esta prorrogação, os CTT exigem uma compensação de 44 milhões de euros ao Estado, a que se junta um pedido de indemnização de 23 milhões de euros devido aos impactos da pandemia na actividade con-



Actual contrato, prorrogado aos CTT, termina a 31 de Dezembro

cessionada. O pedido de reequilíbrio seguiu para o tribunal arbitral, e fonte do MIH confirmou que ainda não existe nenhuma decisão após a contestação apresentada pelo Estado português face ao pedido da empresa presidida por João Bento.

Certo é que a empresa tem expectativas de lhe ver a concessão atribuída novamente. Os CTT foram uma das entidades consultadas pelo grupo de trabalho governamental, e numa conferência com analistas realizada em Agosto, o presidente executivo da empresa disse que tem recebido *feedback* nesse sentido. Citado pelo *Jornal de Negócios*, João Bento disse acreditar que o novo contrato irá “melhorar a capacidade de os CTT cumprirem as obrigações do serviço universal num enquadramento mais sustentável”.

A empresa tem defendido que o novo contrato terá de obedecer a requisitos de qualidade diferentes do que os que têm sido exigidos até à data pela entidade reguladora (em matérias como os prazos de encaminhamento, de regularidade e fiabilidade dos serviços e do atendimento em loja) e que os serviços que venham a ser incluídos no contrato com o Estado têm de se pagar a si próprios, para não afectar o equilíbrio económico-financeiro da concessão.

Actualmente, a concessão do serviço postal universal inclui os envios nacionais e internacionais de correspondência, livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 kg de peso e de encomendas postais até 10 kg de peso. Também contempla a entrega no território nacional de encomendas postais com origem noutros Estados-membros da União Europeia até 20 kg de peso, envios registados e com valor declarado.

Destaque ADSE

Convenções

ADSE faz ultimato aos privados para que decidam em que áreas aplicam nova tabela de preços

Raquel Martins

Grupos privados de saúde tinham até às 23h59 de ontem para dizerem em que áreas aderem ou não à convenção

O conselho directivo da ADSE fez um ultimato aos grupos privados de saúde para que indiquem os actos e as valências médicas em que querem manter a convenção com a ADSE, permitindo assim que os beneficiários tenham uma ideia da oferta disponível ao abrigo do regime convencionado. Os hospitais e clínicas privados tinham até às 23h59 de ontem para associarem ou desassociarem os actos médicos.

Num *email* enviado na terça-feira de manhã aos prestadores da rede convencionada, a ADSE lembra que esse processo devia ter sido concluído até 31 de Agosto, antes da entrada em vigor da nova tabela de preços. “Contudo, verificamos que após esta data ainda se continuam a verificar alterações por parte dos prestadores. Como facilmente se compreende, precisamos de informar os nossos beneficiários da oferta que estará disponível, o que é determinante para que possam fazer escolhas esclarecidas”, justifica a ADSE.

Perante isso, a funcionalidade prevista na ADSE Directa para a associação ou desassociação de actos médicos “fechará às 23:59h do próximo dia 8 de Setembro”, lê-se no *email* a que o PÚBLICO teve acesso.

Esta troca de correspondência é uma forma de pressionar os privados a clarificar a sua posição em relação à nova tabela de preços do regime convencionado, depois de dois grandes grupos – a Cuf e a Luz Saúde – terem contestado alguns dos valores e retirado vários actos médicos da convenção, em particular os partos, algumas ecografias e exames de gastroenterologia.

Ontem de manhã, num comunicado enviado a todos os beneficiários, a ADSE assume que poderá denunciar as convenções com dois operadores privados nas áreas em que os serviços e o corpo clínico disponibilizado não são suficientes, desde que haja alternativas no regime convencionado para onde os beneficiários possam ser encaminhados.

Antes de tomar a decisão, a ADSE irá ponderar vários factores, esclareceu fonte oficial do instituto que gere o sistema de saúde da função pública:



Maria Manuela Faria, presidente da direcção da ADSE, decidiu responder à ofensiva de alguns privados contra a nova tabela

31

ADSE lembra que esse processo de actualização pelo privados devia ter sido concluído até 31 de Agosto, antes da entrada em vigor da nova tabela de preços

90%

Valor total pago aos privados por uma consulta convencionada de pediatria teve uma subida de quase 90% (89,6%) nas novas tabelas

“Desde logo, a capacidade instalada em outros prestadores que compitam na mesma área geográfica para que os beneficiários tenham sempre alternativa viável e próxima; será também avaliado o grau de compromisso do prestador relativamente aos actos de cada tabela, importando que esta continue equilibrada e não comprometa o serviço integrado dos actos dessa mesma tabela.”

A ADSE garante ainda que vai avaliar a forma como os privados estão a aderir à nova tabela de preços e “não aceitará que na mesma tabela, a par do número de actos convencionados, haja um número tal de actos em regime livre que ponha em causa a coerência das tabelas, bem como a completude do serviço prestado ao beneficiário”.

O objectivo desta tomada de posição é “dar previsibilidade aos custos suportados pelos beneficiários” e garantir que “terão ao seu dispor no mesmo local grande parte dos actos integrados em cada valência”.

Questionada pelo PÚBLICO sobre os critérios que serão avaliados para aferir a coerência das tabelas e o equilíbrio entre o regime convencionado e o regime livre, a direcção da ADSE responde que “serão eventualmente todos aqueles que podendo ser con-

vencionados de acordo com as características do prestador este os retire da convenção passando-os para o regime livre, numa desproporção que comprometa o serviço integrado dos serviços daquela valência”. “Os beneficiários deverão ter, sempre que possível, a comodidade de realizarem no mesmo local a maioria dos actos de cada área de intervenção”, insiste.

Na comunicação que ontem fez aos beneficiários – e que era muito reclamada pelo Conselho Geral e de Supervisão e pela Associação 30 de Julho – a direcção da ADSE garante que está a trabalhar na diversificação dos prestadores de cuidados de saúde, tanto em número como na diversidade da sua localização geográfica.

O objectivo é alargar a oferta, “suprimindo o eventual impacto da retirada de alguns actos médicos do regime convencionado por parte de dois dos prestadores privados, prevendo-se para breve a assinatura de um conjunto de novas convenções”.

Preço dos partos revisto

A par do ultimato feito aos privados, a ADSE admite rever os preços previstos na nova tabela para os partos, testes de psicologia e pelas cirurgias de tiroidectomia, hérnia e gastrectomia parcial.

O conselho directivo liderado por Maria Manuela Faria começa por assegurar que as novas tabelas foram enviadas a todos os prestadores em Abril e que a ADSE acolheu algumas pretensões dos privados, tendo a sua entrada em vigor sido adiada a pedido dos prestadores.

“Já esta semana, a ADSE, para robustecimento da oferta aos beneficiários, concluiu pela necessidade de ajustar as tabelas referente aos partos, aos testes de psicologia e às cirurgias tiroidectomia, hérnia e gastrectomia parcial, pelo que se compromete a ponderar apenas essas alterações com a maior brevidade”, promete o conselho directivo, antecipando que, nalguns casos, possa haver um aumento dos preços pagos aos privados.

Em declarações ao PÚBLICO, a direcção da ADSE justifica esta tomada de posição com o facto de estes preços em particular não terem tido alterações nos últimos anos. É o caso dos partos, em que se reconhece que “essa falta de actualização pode comprometer o acesso dos beneficiários mais jovens que têm aderido à ADSE”.

“Nos restantes casos, e de acordo com a melhor e mais recente prática clínica, pretendemos incluir novas abordagens cirúrgicas que impliquem técnicas e/ou materiais novos menos evasivos”, acrescenta ainda a ADSE.

Apesar de aceitar rever algumas situações particulares, a ADSE “registra com estranheza” a decisão dos privados retirarem da convenção “actos ou exames que não sofreram qualquer alteração na nova tabela e que eram prestados até aqui com os mesmos preços, como é o caso, por exemplo, das endoscopias ou das colonoscopias”. Assim como o pedido de retirada da convenção de “actos médicos ou exames que, pelo contrário, sofreram um enorme aumento na nova tabela, como é o caso de algumas consultas de especialidade, quando todas sofreram um aumento de 35%, à excepção da pediatria que aumentou 90% em relação aos preços anteriormente praticados”.

Tal como o PÚBLICO noticiou, na generalidade das consultas – que em 2020 representaram cerca de 10% dos 349 milhões de euros gastos com o regime convencionado – o preço a pagar aumenta de 18,46 euros para 25 euros, ou seja, uma subida superior a 35%. E, nalguns casos, como a pediatria e cardiologia, o valor total pago aos privados teve uma subida de 89,6% e de 28%, respectivamente.



Ministro da Economia prevê privatizar Efaced até ao final do ano

Rosa Soares

Resolução do Conselho de Ministros que permite uma terceira fase de negociações com os dois candidatos já foi publicada

À terceira, espera-se que seja de vez. O processo de reprivatização das acções representativas de 71,73 % do capital social da Efaced entrou na terceira fase de negociações com os dois candidatos portugueses que apresentaram propostas vinculativas, depois da desistência de grandes grupos internacionais. A resolução do Conselho de Ministros (CM) que criou esta terceira fase de negociações, para melhoramento das propostas, foi ontem publicada em *Diário da República*.

Ao certo, não se sabe o que é que está em negociação com os grupos DST SGPS e Sing – Investimentos Globais, nem o calendário das mesmas conversações, processo que arrancou oficialmente a 2 de Setembro.

Ainda assim, o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, disse esta terça-feira esperar que o processo de reprivatização da Efaced esteja concluído antes do final do ano. “Nós temos o objectivo de concluir a privatização da Efaced antes do final do ano”, afirmou Pedro Siza Vieira, em



Governo “não tem objectivos de ganhar dinheiro” na operação

entrevista no programa Tudo é Economia, da RTP3.

A resolução do CM refere apenas que, em relatório, “a Parpública [holding de participações do Estado responsável pela privatização] considera que alguns dos pressupostos das propostas poderiam beneficiar de uma fase subsequente de negociações, que permita o melhor esclarecimento, melhoramento e aprofundamento das mesmas, propondo, para o efeito, a abertura de uma terceira fase de negociações”. E o Governo, “considerando a vantagem de poder maximizar a concorrência e, dessa forma, obter a proposta que melhor assegure o interesse público, que permita,

nomeadamente, promover o valor operacional da Efaced e a sua valia industrial, potenciar o seu conhecimento técnico em áreas estratégicas”, assim como “definir um quadro sustentável de capitalização da empresa tendo em vista a melhoria do seu quadro financeiro”, aprovou a resolução. Que “vem criar a possibilidade” que os dois interessados “procederam à apresentação de propostas vinculativas de aquisição a participar na terceira fase de negociações (...)”.

Na entrevista, o governante revelou-se “muito satisfeito” por haver duas empresas portuguesas interessadas na Efaced, explicando que lhe poderão dar “enquadramento de

gestão, apoio de capitalização e transformá-la para participar no futuro do país”.

“Preservar o capital de experiência da Efaced, o saber-fazer de uma empresa que é essencial para a transição energética, uma grande fornecedora de sistemas eléctricos, de redes eléctricas, de sistemas de gestão de redes, de transformadores que o país vai precisar tanto nos próximos anos, era absolutamente essencial”, salientou Pedro Siza Vieira.

Pedro Siza Vieira reafirmou contudo que o executivo nunca teve o objectivo de lucrar com a reprivatização da empresa. “O Governo definiu sempre que não tem objectivos de ganhar dinheiro nisto. Nós temos uma empresa que estava numa situação de impasse accionista, estava a degradar por causa desse impasse, rapidamente, a sua posição comercial no mercado e, com isto, o que queremos assegurar é a transição rápida para novos proprietários que possam gerir e assegurar um futuro para a empresa”, sustentou.

A nacionalização de 71,7% das acções detidas pela empresária angolana Isabel dos Santos na Efaced ocorreu a 2 de Julho de 2020, na sequência do impasse criado na empresa após o “congelamento” das contas da empresária, no âmbito de processos judiciais desencadeados pela justiça angolana, no âmbito das revelações do *Luanda Leaks*. **com Lusa**



Obrigatoriedade termina domingo

DGS quer máscaras em eventos no exterior e no recreio das escolas

Sofia Neves

A directora-geral da Saúde, Graça Freitas, disse ontem que a utilização da máscara continuará a ser recomendada pelas autoridades de saúde em alguns contextos concretos, como é o caso dos recreios das escolas e de alguns eventos no exterior. Isto acontecerá mesmo depois do fim da obrigatoriedade de uso desta protecção na rua e em espaços exteriores, com efeito a partir de dia 12, altura em que termina a vigência da lei da Assembleia da República que, desde 27 de Outubro, obriga ao uso de protecção facial na via pública.

O Grupo de Epidemiologia da Direcção-Geral da Saúde (DGS), no qual se inclui Graça Freitas, Váler Fonseca, coordenador da Comissão Técnica de Vacinação, e Pedro Pinto Leite, especialista em Saúde Pública, foi ouvido no parlamento sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras, na sequência de um requerimento do PSD.

“Uma das vias possíveis de transmissão indirecta do vírus é por acumulação de aerossóis e essa via é muito menos eficaz no exterior do que no interior. Mas a recomendação vai no sentido de que as aglomerações e os contextos especiais, como no recreio das escolas em que muitos jovens e crianças estejam juntos, nos eventos, e em determinados sítios de própria mobilidade em determinados sítios das cidades onde há aglomerados populacionais, possam constituir uma excepção e possam ter recomendação diferente. Porque permite o contacto directo e próximo entre pessoas e, portanto, permite a transmissão”, disse a directora-geral.

A responsável sublinhou ainda que é importante “a mobilização social e a ética dos cuidados individuais de cada um” e avançou que a recomendação sobre o uso de máscara está a ser actualizada.

“Cada um de nós deve, apesar de tudo, continuar a ser portador de uma máscara e em caso de necessidade deve colocá-la”, afirmou Graça Freitas na comissão eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença covid-19 e do processo de recuperação económica e social.

O requerimento do grupo parlamentar do PSD para uma audição urgente dos especialistas da DGS, apresentado a 21 de Agosto, foi aprovado na terça-feira. Nele, o grupo parlamentar do PSD sustenta que a decisão sobre a manutenção ou fim do uso de máscara “não é exclusivamente do foro político, uma vez que



Desde Outubro do ano passado que é obrigatória a máscara na rua



Cada um de nós deve, apesar de tudo, continuar a ser portador de uma máscara e, em caso de necessidade, deve colocá-la

Graça Freitas

Directora-geral da Saúde

pode ter consequências para a saúde pública, pelo que deve ser tomada com sustentação científica”.

Nesse sentido, pediu a audição dos peritos da DGS que têm participado nas reuniões do Infarmed, “que têm contribuído para sustentar cientificamente a tomada de decisão política do Governo”.

O pedido do PSD surgiu um dia depois de a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, ter afirmado que o fim do uso obrigatório de máscara nos espaços públicos seria decidido na Assembleia da República. Mas demorou mais de duas semanas a ser aprovado, o que fez com que esta audição acabasse por acontecer já depois de os dois maiores partidos com assento parlamentar – PS e PSD – terem assumido que não iam propor a revalidação do diploma que obriga ao uso das máscaras na via pública que, como tal, vai caducar no domingo. **Com Lusa**



F

FOCAR

“O Estado nunca
é tão eficiente
como quando
quer dinheiro”

Anthony Burgess
Escritor
(1917-1993)



ECONOMIA

PRR e retoma: os ventos que empurram o OE 2022

A negociação do Orçamento do Estado entra na reta final com ventos favoráveis que facilitarão a sua aprovação, apesar de a incerteza da pandemia continuar a ser uma séria ameaça

NUNO AGUIAR



Fénix António Costa tentará convencer Bloco e PCP a fazer renascer a Geringonça



A descer todos os santos ajudam. E, se os últimos dois anos têm sido uma subida inclinada, na preparação do Orçamento do Estado para 2022 o Governo de António Costa tem uma longa ladeira à sua frente. A pandemia garante que não faltam obstáculos por ultrapassar, mas este é um momento de viragem de

ciclo económico e entrada de novos fundos no País a um ritmo histórico, com margem de manobra nas contas públicas e um enquadramento europeu favorável.

A Covid-19 provocou um choque inédito em Portugal, empurrando o PIB do ano passado para a segunda maior contração dos últimos 150 anos. Após cinco trimestres consecutivos com quebras de atividade, a economia finalmente saltou para fora do vermelho, com um crescimento de 15,5% entre abril e junho deste ano. Embora esta variação seja inferior às perdas do mesmo trimestre do ano passado (-16,4%), o que significa que ainda não recuperámos do terramoto pandémico, ela sinaliza o arranque da retoma.

Segundo as previsões do executivo, após um avanço de 4% este ano, 2022 será o ano de maior crescimento nos próximos tempos, contando com um salto de 4,9% do PIB. A Comissão Europeia e o Banco de Portugal são ainda mais otimistas, antecipando variações de 5,1% e 5,6%, respetivamente. Níveis de crescimento que não se veem desde o início dos anos 90. Estes indicadores são relevantes no desenho do orçamento, porque, atrás de mais crescimento, vêm mais receitas, o que dará mais ou menos margem na gestão das contas. Para 2022, o Governo espera que a receita fiscal cresça 3,9%, acelerando para 4,1% em 2023. “Contamos, no início do próximo ano, atingir valores acima do [período] pré-pandemia”, adiantou João Leão, em entrevista à RTP, acrescentando: “Estamos convictos de que vamos superar essas estimativas [de crescimento em 2021 e 2022].”

Parte desse dinamismo já se observa no mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu para 6,6% em julho, praticamente ao mesmo nível do início de 2020, antes do primeiro confinamento. Até indicadores mais complexos – que contabilizam quem não procura emprego ou trabalha poucas horas – apontam para mínimos da última década. Com mais de 4,8 milhões de portugueses a trabalhar, a população



ECONOMIA

empregada está também no ponto mais elevado de que há registo.

Para estes números estão a contribuir as contratações para o Estado, já muito perto de atingirem o valor mais elevado de sempre, recuperando totalmente da quebra do período da Troika. É complicado saber exatamente qual o seu impacto no mercado de trabalho. Os dados oficiais mostram que foram contratados 26 mil funcionários públicos no último ano, mas as estimativas do INE apontam para números maiores. De qualquer forma, as contratações deverão manter-se nos próximos tempos – este é, aliás, um dos pontos críticos nas negociações orçamentais –, o que significa que continuarão a impulsionar o emprego em 2022.

BAZUCA A DISPARAR

2022 será também o primeiro ano em que assistiremos verdadeiramente ao poder de fogo da bazuca. Entre subvenções e empréstimos, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) deverá fazer chegar 3,3 mil milhões de euros à economia, acima dos 2,5 mil milhões de 2021. É o ano em que mais se gastará no SNS (366 milhões de euros), nas qualificações e formação profissional (442 milhões) e na digitalização da Administração Pública (144 milhões).

O PRR será decisivo para puxar pelo investimento público, uma vez que o historial do Governo nessa área tem sido desapontante, falhando sucessivamente as metas que inscreve no orçamento. No próximo ano, o investimento pago por fundos da UE será equivalente a quase metade da totalidade do investimento público previsto para esse ano (um rácio que se manterá elevado em 2023). É isso que deverá permitir que 2022 seja o ano de maior crescimento do investimento do Estado desde 2009 e o segundo maior dos últimos 25 anos, com um salto de quase 32%, antecipado pelo Ministério das Finanças. “Esperamos executar mais de três mil milhões do PRR, essencialmente em investimento”, afirmou Leão à RTP, notando que há ainda “os investimentos públicos estruturais pré-PRR”, referindo-se à “ferrovia, expansão do metro de Lisboa, metro do Porto, saúde”.

EUROPA AJUDA

Com os ventos do crescimento de novo nas suas costas, o executivo nem tem de fazer um grande esforço para que o défice recue. Essa tem sido, de resto, uma das marcas da gestão orçamental

LUISE BARRA



João Leão
O ministro das Finanças espera que o crescimento supere as previsões do Governo

BLOCO, O REGRESSO DO FILHO PRÓDIGO?

Antes do verão, o Governo e os parceiros que viabilizaram o último orçamento – PCP, Verdes, PAN e deputadas não inscritas – começaram a conversar sobre o novo documento, que definirá as contas públicas em 2022. O Bloco de Esquerda ficou de fora. E isso causou algum incómodo entre os bloquistas. Em plena *rentrée*, as negociações, na Assembleia da República, para garantir a viabilização do orçamento prosseguem discretamente. E o PCP já deu sinais de que, no mínimo, pode viabilizar solução idêntica à do ano passado: a abstenção de comunistas e Verdes (conjugada, depois, com as do PAN e das duas

deputadas não inscritas) seria o suficiente para reforçar os 108 votos favoráveis do PS, mesmo que o Bloco de Esquerda se juntasse à direita (PSD, CDS, Chega e IL) no voto contra. A novidade é a de que as equipas do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, e do ministro das Finanças procurarão recuperar o espírito da primitiva “Geringonça”, passando a integrar o BE como parceiro. Para já, segundo uma fonte do Governo, “vivendo o País um clima pré-eleitoral, com os partidos a sublinharem as naturais divergências”, os contactos entre o executivo e a oposição têm sido discretos, mas as negociações terão

um impulso decisivo, na reta final, a partir do dia seguinte ao das eleições autárquicas. A mesma fonte encara com otimismo o processo negocial: António Costa tem dado sinais de ir ao encontro de algumas reivindicações históricas da esquerda, sobretudo com a mudança – e o alargamento – de escalões do IRS, uma medida do agrado, por exemplo, de Jerónimo de Sousa. Mesmo em termos de legislação laboral – embora esta não dependa diretamente do OE –, o Governo deverá fazer cedências, não se sabendo ainda se elas serão suficientes para aplacar o BE e ajudar a diluir as respetivas linhas vermelhas. F.L.



da dupla Centeno e Leão: aproveitar a dinâmica económica e ter mão de ferro na despesa. A mistura de conservadorismo nas previsões de crescimento e de uma execução aquém do previsto do investimento público tem permitido que o défice fique abaixo do orçamentado, para frustração dos partidos à esquerda do PS.

O défice orçamental, que engordou para 5,7% do PIB em 2020, já começou a recuar este ano (deverá ficar nos 4,5%) e continuará a fazer esse percurso em 2022, com uma estimativa de 3,2 por cento. Uma descida explicada por uma queda da despesa que mais do que compensa a diminuição das receitas em percentagem do PIB. Do lado dos gastos, o Governo conta com o fim das medidas extraordinárias de apoio às famílias e empresas, como é o caso do *layoff* simplificado. Os juros da dívida também continuarão a dar uma ajuda. Portugal pagará aos credores em 2022 metade do que pagava há dez anos, poupando milhares de milhões anualmente.

O contraste no enquadramento europeu entre esta crise e a anterior é óbvio, refletindo-se também na suspensão das regras orçamentais, que durará, pelo menos, até 2023. Isso permite que o Governo retire os apoios à economia de modo mais faseado – outro ponto de discórdia com BE e PCP, que argumentam que António Costa está demasiado apressado em descer o défice, quando tem margem para apoiar mais a economia.

Tudo somado, o atual contexto permite não ter pressa na retirada dos estímulos, ao mesmo tempo que se acena com novas iniciativas – que vão estar essencialmente concentradas em investimentos em áreas nas quais a pandemia revelou fragilidades, como a saúde – mas também pode haver alívio para as famílias. Entre o congresso do PS e entrevistas, António Costa já foi anunciando o prolongamento do Programa Regressar, um abono de família mais generoso, o alargamento do IRS Jovem, o reforço do salário de entrada de técnicos superiores do Estado, um possível desdobramento de escalões do IRS e, fora do Orçamento, nova subida do salário mínimo.

Claro que tudo isto continua equilibrado numa periclitante superação da pandemia. Portugal tem a seu favor uma das taxas de vacinação mais elevadas do mundo, mas o último ano e meio ensinou-nos a esperar o inesperado. O surgimento de uma nova variante, por exemplo, facilmente faria o vento mudar de direção. ■■

naguiar@exame.pt



POLITICAMENTE CORRETO

O Avante Sombra e o futuro do PSD

POR PEDRO MARQUES LOPES / Colunista



Durante o último fim de semana, o PSD do Seixal organizou uma conferência chamada Avante Sombra. Os participantes abordaram temas que, com certeza, julgam muito relevantes para as pessoas do concelho. Foram eles o fim do comunismo, a ameaça vermelha e a análise dos regimes venezuelano e norte-coreano. Fica assim evidente que os dirigentes do PSD pensam que os municípios do Seixal vivem preocupados com a possibilidade de Nicolás Maduro e Kim Jong-un exportarem a sua revolução para estas bandas e nada com as suas condições de vida.

A vontade de brincar com tão alucinado evento é irresistível. Mas não é avisado olhar para isto como se fosse um fenómeno isolado. Os acordos com o Chega nos Açores escancararam a porta da legitimação desse partido, mas também foram um livre-trânsito para alguns setores do PSD enveredarem por linhas que tradicionalmente nada têm que ver com o partido.

Não foram, porém, estes setores, digamos, mais radicais que fizeram com que Suzana Garcia se candidatasse pelo PSD, como também não foram eles que espalharam por Lisboa cartazes a anunciar que o sistema ia tremer e a insultar os outros partidos.

Aliás, o discurso anacrónico e que nada diz aos eleitores da constante lembrança dos regimes comunistas, de que vivemos numa espécie de socialismo e temos as nossas liberdades coartadas é, mesmo assim, menos grave do que a conversa de ser contra o sistema – mais a mais porque aquele é tão disparatado que só descredibiliza.

Se dúvidas houvesse de que Rio concorda com este discurso, ele veio esclarecer que, disse-o na semana passada, sempre foi contra o dito sistema.

Infelizmente, nunca ninguém pergunta a estas pessoas, nomeadamente ao presidente do PSD, o que é ser contra o sistema. Está contra a democracia liberal? Contra a separação de poderes? Contra a Constituição? É que nisto a extrema-direita não tem dúvidas: é contra.

Tenho nisto uma certeza e uma inter-rogação. A certeza é a de que jamais o PSD

regressará ao poder se enveredar por este caminho de nada ter para propor às pessoas e de preferir fazer regressar fantasmas de ameaças comunistas ou patéticas do género. Mas pode ser pior ainda, pode insistir no discurso de ser antissistema. A interrogação é se isto se deve ao desespero de não estar no poder – e não parecer estar próximo – ou se corresponde a uma mudança estrutural do partido.

Duvido que corresponda a uma mudança estrutural. A maioria dos militantes e habituais votantes rejeita o discurso antissistema e, cedo ou tarde, imporá às lideranças um discurso diferente.

E importa referir que Rui Rio, por muito que tenha anunciado um recentramento e um regresso à matriz social-democrata, acabou por promover pessoas como Suzana Garcia, acordos com o Chega e repetiu (não é novo em Rio) o discurso antissistema.

Por outro lado, o desencanto e o afastamento dos moderados podem conduzir à vitória dos antissistema e aí a semelhança entre esse PSD e o Chega será evidente. Claro está que nesse momento a reconstituição do centro-direita já estaria em curso (já há sinais disso) e o PSD da sua herança só teria o nome. Esse processo, no entanto, é lento e estando apenas presente no espaço partidário essa alternativa, seria muito mais audível e conquistaria mais espaço. Não o suficiente, queiram os deuses, para sonhar com o poder, mas, mesmo assim, forte.

Na semana passada, escrevia aqui que a conversa de que somos governados pela extrema-esquerda e de que já não vivemos numa democracia liberal perpetuará o PS no poder. Mas pode ser pior, podemos estar a falar do fim do PSD. E não, não apenas como partido de poder, mas como uma organização que pode reivindicar a herança de Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Cavaco Silva e mesmo de Durão Barroso ou Passos Coelho.

Os partidos vivem e morrem, como qualquer organização humana, a questão é o vazio que deixam e os efeitos que provocam. Para a nossa democracia, o possível fim do PSD como o conhecemos seria um problema muito grave e com consequências pouco menos do que catastróficas. visao@visao.pt

O CIBERCRIME CONTRA A DEMOCRACIA

A ministra da Justiça e o PS propuseram à Assembleia da República a aprovação de uma lei que não fazia depender a violação da correspondência da autorização de um juiz. Como se não fosse suficientemente grave o maior partido propor um tão violento ataque à democracia, o PSD, o BE, o PAN e o Chega concordaram e o PCP, o CDS e a IL abstiveram-se. Ou seja, não houve um único partido na AR que se opusesse a um princípio básico de um Estado de direito.

Das três, uma: ou os deputados são completamente ignorantes sobre esses princípios ou acham que estes devem ser violados ou estavam todos distraídos. Não sou capaz de escolher uma delas, são todas de uma gravidade sem nome.

A VACINAÇÃO

Lembro-me bem do que foi dito quando começou o processo de vacinação. O costume, no fundo: que somos um país incapaz de organização, que não estávamos preparados, que ia ser um nunca acabar de irregularidades. Nunca tive dúvidas de que iríamos ser bem-sucedidos, não por qualquer tipo de fé, mas porque somos dos países em que as pessoas mais confiam nas vacinas e temos um plano de vacinação que é dos mais eficientes da Europa.

Chegados aqui e sendo evidente o sucesso retumbante do plano, seria bom que se agradecesse a quem elaborou o plano para a toma desta vacina, a Gouveia e Melo e, sobretudo, ao SNS e demais funcionários públicos que tornaram este feito possível. E, já agora, não ficaria mal aos profetas da desgraça pedirem desculpa pelos disparates que disseram.

**MAIS&MENOS****GREVE DOS CTT****ADESÃO DE 100%**

■ A adesão no primeiro dia de greve dos trabalhadores dos CTT de Santarém por mais meios humanos e contra a falta de condições das novas instalações foi de 100%, segundo fonte sindical. Os trabalhadores iniciaram ontem uma paralisação entre as 8h30 e as 10h30, que vai prolongar-se até dia 30 de setembro. ●

CONSUMIDORES**MAIS CONFIANÇA**

✚ A confiança dos consumidores já está no nível pré-Covid e registou, no segundo trimestre, uma subida significativa nos países para onde Portugal mais exporta, segundo um estudo da Euler Hermes. Dos países que mais importam os nossos produtos, destaque para as subidas de Itália (8%) e Alemanha (4%). ●



A iniciativa do PAN, partido agora liderado por Inês Sousa Real (na foto), nasceu de uma petição da Acreditar.

IGOR MARTINS / GLOBAL IMAGENS

Parlamento vai alargar luto dos pais que perdem filhos

CÓDIGO DO TRABALHO Partidos viabilizam diploma do PAN sobre "a perda mais dolorosa que qualquer ser humano pode vivenciar".

TEXTO **JOÃO PEDRO HENRIQUES**

A iniciativa é do PAN e nasceu de uma petição posta a correr o online: o período de luto para pais que perdem um filho vai ser alargado de cinco para vinte dias. Significa isto que um pai ou mãe que perdem um filho podem não ir trabalhar durante vinte dias após a morte, sendo isso registado como falta justificada. O DN sabe que haverá consenso no Parlamento para aprovar a proposta do PAN – eventualmente com alterações de pormenor. Só falta agora agendar a discussão.

O diploma do PAN não se ficará, porém, pela questão do luto dos pais. O partido agora liderado por Inês Sousa Real quer também alargar os períodos de luto por morte de cônjuge (casado ou unido de facto) e por perda gestacional.

No caso do luto por morte de cônjuge – numa proposta que também abrangerá a morte de pais e mães, sogros(as), enteados, noras e genros – propõem que a licença para faltas justificadas seja alargada também para 15 dias. Já quanto à perda gestacional (perda de filho

durante a gravidez), o PAN quer que seja de quinze ou vinte dias consecutivos, conforme ocorra até ou após o primeiro trimestre de gestação. É uma situação que não está atualmente abrangida pelo regime de faltas justificadas previsto no Código do Trabalho.

No preâmbulo, o PAN dedica particular atenção ao problema do luto dos pais por morte de filho, "a perda mais dolorosa que qualquer ser humano pode vivenciar e para o qual ninguém está, nem nem nunca vai estar, preparado."

"Não se pode pedir aos pais e mães que perderam a sua criança que, ao fim de cinco dias, estejam em condições emocionais para voltar ao trabalho, sendo este muitas vezes um período em que as pessoas ainda se encontram num estado de choque e alguma incompreensão da realidade da situação", lê-se no diploma.

Dito de outra forma: "Não obstante cada pessoa ter os seus próprios processos internos para lidar com a dor, exigir a um progenitor que volte ao trabalho após os atuais cinco dias de dispensa permitidos

pela lei, pode ser encarado como uma dupla violência." "Se alguns progenitores podem encontrar aqui uma estratégia interna para a sua reorganização, outros não estarão emocionalmente nem fisicamente preparados, necessitando de uma pausa que respeite as suas necessidades de reestruturação pessoal e familiar."

Recordando que a lei prevê apenas os tais cinco dias de faltas justi-

ficadas, o PAN afirma, por outro lado, que este prazo corresponde praticamente ao período necessário para o tratamento de formalidades associadas à morte de uma pessoa, não permitindo o período de pausa laboral tantas vezes essencial para o efetivo exercício do Luto Parental".

O que vale, acrescenta o partido, é que "o setor empresarial já demonstrou sensibilidade neste domínio e tem tido flexibilidade para acolher iniciativas que visem o bem-estar dos seus trabalhadores". Mas, seja como for, "mudar a lei nesta matéria é uma questão de humanismo, respeito, solidariedade e dignidade".

O partido invoca ainda o direito internacional comparado: "A Irlanda consagra vinte dias para estes progenitores, a Dinamarca até 26 dias, o Reino Unido, duas semanas. Também países como a Áustria, a Bélgica, a Croácia, a Eslovénia, a França, os Países Baixos e a Suécia entendem que o alargamento do período de luto parental é uma medida mais justa e adequada para o trabalhador em casos de Luto Parental."

A iniciativa partiu, assumidamente, de uma petição lançada pela "Acreditar - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro". "Em cinco dias faz-se o imediato, o urgente, tantas vezes o burocraticamente inadiável. Damos uma camada de tinta à alma e ao corpo, não lhe damos novas fundações. Não nos preparamos para o futuro, por absoluta falta de tempo", lê-se no texto, já com mais de 40 mil assinaturas, escassos dias depois de lançado. Brevemente seguirá para o Parlamento.

joao.p.henriques@dn.pt

● O regime de faltas justificadas atualmente previsto no Código Laboral nada diz sobre o caso das mães que perdem filhos durante a gravidez.

Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quinta-feira 9.9.2021 / Diário / Ano 157.º / N.º 55 659 / € 1,30 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

LISBOA

PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS NÃO É MONUMENTO NACIONAL, NEM SEQUER MUNICIPAL

PATRIMÓNIO Está na zona de proteção dos Jerónimos e do Museu de Arte Popular, mas não tem designação própria. Direção-Geral do Património Cultural tem pedido de classificação "em análise" desde fevereiro. Ato de vandalismo que sofreu é, ainda assim, crime de dano qualificado.

PÁGS. 4 A 6



AFEGANISTÃO
 MULHERES SEM DIREITO
 A FAZER DESPORTO E
 COMPARADAS A MELÕES

PÁG. 20

HO SHARIF HASHIMI / YAP

Graça Freitas
lança confusão
na comunidade
escolar com
recomendação de
máscara no recreio

PÁG. 10



Parlamento vai
alargar licenças
por luto parental

PÁG. 7

Passageiros
no comboio e no
metro mais que
duplicam entre
março e junho

PÁG. 17

Festas do Povo
de Campo Maior
candidatas
a Património
da UNESCO

PÁG. 19

Quem se pode
estrear no clássico?
Sarabia e Pepê
querem ser
heróis no
Sporting-FC Porto

PÁG. 24



Data da providência cautelar alterada

PORTUGAL O julgamento da providência cautelar instaurada pelos trabalhadores da Altice para travar o despedimento coletivo que estava marcado para o próximo dia 13, foi alterado para dia 15, no Tribunal de Trabalho em Lisboa às 09h30. O anúncio da alteração foi feito pelo Sindicato dos Trabalhadores do grupo que entregou, no mês passado, quatro providências cautelares em Lisboa, Vila Real, Porto e Portalegre.



A Radar //



Despedimentos na banca continuam a estar debaixo de fogo

BRUNO GONÇALVES

Banca. UGT apela a apoio na luta contra despedimentos

Em causa estão os despedimentos coletivos nos bancos BCP e Santander Totta e, tal como o *Nascer do SOL* avançou, estão em causa 3 mil trabalhadores.

SÔNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

A UGT enviou uma carta aos líderes das principais organizações sindicais internacionais, apelando ao seu apoio na luta dos trabalhadores bancários portugueses contra os despedimentos no BCP e Santander Totta. Em causa estão os despedimentos de quase três mil trabalhadores, tal como o *Nascer do SOL* avançou. A central sindical chamou a atenção para "a situação dos trabalhadores desses dois bancos, que há um ano foram submetidos a ameaças e pressões para aceitar a rescisão de seus contratos de trabalho e que

agora culminam em processos de despedimento coletivo.

A UGT apela assim ao apoio das organizações sindicais internacionais, onde a UGT e seus sindicatos estão filiados, a fim de ter uma explicação da presidente do Banco Santander em Madrid, Ana Botin, e expressar as preocupações da UGT à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu (BCE) contra o procedimento "indigno" do Santander Totta e do BCP.

Este despedimento, segundo a UGT, "mina os princípios básicos do direito ao trabalho e o respeito aos trabalhadores, deixando centenas de trabalhadores desempregados, num perio-

do social muito específico após a crise pandémica, que ainda não terminou", lembra.

Ainda esta terça-feira, os sindicatos do setor bancário anunciaram que vão avançar com uma greve conjunta ainda em setembro se BCP e Santander Totta mantiverem a intenção de fazer despedimentos.

O pedido de reunião é feito pelos sindicatos Mais Sindicato, SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro, Sindicato dos Bancários do Centro (os três afetos à UGT), SINTAF (ligado à CGTP), Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e Sindicato Independente da Banca (os dois independen-

tes) e apoiado pelo Sindicato de Trabalhadores das Empresas do grupo Caixa Geral de Depósitos.

Os principais bancos portugueses estão a reduzir milhares de trabalhadores este ano (depois de o setor bancário ter cortado cerca de 15 mil postos de trabalho entre 2009 e 2020), sendo BCP e Santander Totta os que têm processos mais 'agressivos', incluindo com intenção de despedimentos coletivos.

O BCP anunciou, há duas semanas, que vai avançar para o despedimento de até 100 trabalhadores, depois de ter chegado a acordo com cerca de 800 funcionários para saídas por acordo (reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo).

Já o Santander disse numa nota interna, em 20 de agosto, que não chegou a acordo para a saída de 350 trabalhadores, de um total de 685 inicialmente previstos, e vai agora avançar com um "processo unilateral e formal" a partir de setembro.

Os sindicatos têm acusado os bancos de repressão laboral e de chantagem para com os trabalhadores, considerando que os estão a forçar a aceitar sair por rescisão ou por reforma antecipada. Isto ao mesmo tempo que os bancos têm elevados lucros, acrescentam.

DEBATES NO PAÍS DAS MARAVILHAS

Primeiros salários longe dos 2700 euros e T3 em Lisboa por 250 mil até há mas só em algumas freguesias
No site do IEFP há propostas de trabalho para farmacêuticos, enfermeiros e engenheiros
abaixo dos mil euros líquidos // PÁGS. 2-3



Afeganistão. Como escolher uma entre cinco mulheres?

O ministro da Defesa disse que só pode vir para Portugal uma mulher por cada agregado familiar de refugiados afegãos, contrariando a poligamia que está prevista na lei afegã

“A política talibã é baseada na escravidão sexual e tal afeta diretamente o género feminino. O Governo português e os restantes do Ocidente têm muita culpa da forma como este conflito está a decorrer e têm a obrigação de auxiliar quem está a sofrer” // PÁGS. 14-19



Homossexualidade em cima da mesa
CANDIDATO DO PS CHAMA “PANASCA” A CONCORRENTE DO PSD // PÁG. 32

PSP apresenta queixa e responde a juiz negacionista

“Os comportamentos verificados tiveram o aparente objetivo de provocar os Policiais em serviço, que, no entanto, mantiveram uma postura profissional, calma e serena, própria de quem está ciente da sua missão, o que se salienta e enaltece”, escreveu o diretor nacional da PSP // PÁG. 9

Autárquicas em Braga. PSD quer manter o grande ‘saque’ de 2013 // PÁGS. 4-5

Parlamento. CDS propõe regressão nos impostos sobre combustíveis // PÁG. 6

ADSE ameaça denunciar convenções insuficientes com privados // PÁG. 8

Banca. UGT apela a apoio na luta contra despedimentos // PÁG. 10

Francisco Guimaráes. O mais jovem treinador de futebol português // PÁGS. 22-23

Despedimento na Petrogal oficializado a 15 de setembro

Decisão “mais negra da história da Galp” será comunicada quarta-feira, segundo avança comissão de trabalhadores

MATOSINHOS A Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal adiantou que o despedimento coletivo acontecerá, para a maioria dos funcionários, a 15 de setembro, dia que ficará na história da Galp como o “mais negro”.

“O despedimento coletivo dos trabalhadores da refinaria do Porto consumir-se-á, para a maioria, a 15 de setembro e será o marco mais negro na história da empresa/grupo associado à decisão comprovadamente errada do encerramento daquela instalação”, sublinhou, em comunicado, a Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal (CCT).

O fecho daquela infraestrutura representa a “destruição” de cerca de cinco mil postos de trabalho e a perda de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) na Área Metropolitana do Porto, referem os trabalhadores. “Não há racionalidade económica na decisão tomada pela administração e demonstra-o, relativamente apenas a um semestre, o primeiro de 2021 e o primeiro onde é possível avaliar o impacto global para a empresa/grupo que foi penalizada em 70 milhões de euros e torna incompreensível a teimosia de levar por diante um crime económico e



Última unidade de produção fechou a 30 de abril

DETALHES

Menos cinco mil postos de trabalho

O estudo da Universidade do Porto, encomendado pela Câmara, estima a perda de 1600 postos de trabalho em Matosinhos e de cinco mil na Área Metropolitana do Porto, no cenário de não existir alternativa para o complexo da Galp.

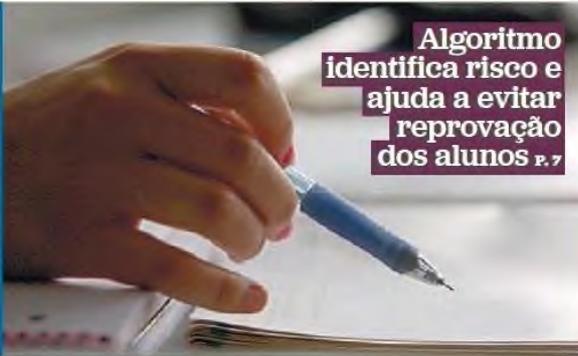
Estado é acionista

O Estado é um dos acionistas da Galp, com uma participação de 7%, através da Parpública.

social que em aparência não aproveita a ninguém”, consideram, no mesmo comunicado.

A Galp desligou a última unidade de produção da refinaria de Matosinhos em 30 de abril, na sequência da decisão de concentrar as operações em Sines.

A petrolífera portuguesa justificou a “decisão complexa” de encerramento da refinaria em Matosinhos com base numa avaliação do contexto europeu e mundial da refinação, bem como nos desafios de sustentabilidade, a que se juntaram as características das instalações. A Galp encetou conversas individuais com os 401 trabalhadores em causa, chegando a acordo com mais de 40%.



Algoritmo identifica risco e ajuda a evitar reprovação dos alunos P. 7

Autárquicas Candidatos a Famalicão apostam em melhorar os transportes

A. Valdevez Rio Cabrão desesperou um mês à espera do carteiro

Debate do JN deixa à vista discórdia na ampliação do CITEVE P. 12 e 13

Idosos impedidos de receber reforma devido a problemas na distribuição P. 26

Estado falha em toda a linha no controlo de incendiários

Apenas 13 têm de passar época de fogos em prisão domiciliária

Programa de reabilitação na cadeia ainda não saiu do papel

Vigilância prometida pelo Governo limitada à PJ **Páginas 4 e 5**

Municípios querem forçar EDP a liquidar taxa pela ocupação dos solos P. 6

Terrorismo Funcionária do SEF arguida por auxiliar iraquiano P. 20

Petrogal Despedimento coletivo avança no dia 15 P. 24

Escola Filhos de famosos prontos para o regresso às aulas P. 38

LEONARDO MOTA/OLYMPIA/REUTERS



VILA DO CONDE É LÍDER NA CONQUISTA DE HABITANTES

Concelho teve maior crescimento no distrito do Porto, com contributo de imigrantes P. 23

Luciano e Ticiano saíram de Salvador, no Brasil, à procura de segurança



Benfica Ações de Vieira podem ir parar às mãos de John Textor

Clube decidirá compra após saber quem negocia com ex-presidente P. 39

Clássico Lei obriga adeptos do F. C. Porto a pagar mais por bilhetes P. 40



Sexagenário morre atingido por poste

Trabalhador era familiar de presidente de Junta de Freguesia

FAFE Diamantino Baptista Novais Alves, 66 anos, morreu ontem vítima de um acidente de trabalho, na freguesia de Antime, em Fafe. O homem estava a fazer trabalhos agrícolas, supostamente em cima de um escadote, quando foi atingido na cabeça por um esteio utilizado para suportar as ramadas e que tombou.

“Quando chegámos, a vítima estava com um poste sobre parte do corpo e em paragem cardiorrespiratória. Ainda encetámos as manobras de reanimação, mas à chegada da VMER houve indicações para pararmos porque já nada havia a fazer para reverter a situação”, disse ao JN Paulo Costa, segundo-comandante dos Bombeiros Voluntários de Fafe.

HEMORRAGIA GRAVE

Ainda segundo aquele operacional, o trabalhador “apresentava lesões traumáticas na cabeça e uma hemorragia grave”.

Diamantino Alves, natural da freguesia de Várzea Cova, era cunhado de Isaura Nogueira, presidente da União de Freguesias de Antime e São Clemente e estava a trabalhar num terreno da família. Terá sido atingido pelo poste e ninguém se terá apercebido, tendo sido encontrado algum tempo depois prostrado no chão.

A GNR esteve no local e tomou conta da ocorrência. ● C.R.A.



Bombeiros estiveram no local

Falta de carteiros deixou Rio Cabrão um mês sem cartas



Filha do merceiro de Rio Cabrão, Cátia Martins, sublinha a importância da receção das cartas a tempo e horas para a população

OPINIÕES



Rosa Brito
Sec. União Freg. de Jolda
Madalena e Rio Cabrão

"É preciso ver que esta população idosa é muito dependente dos Correios e sofre muitas consequências"



João Martins
Dono da mercearia

"Isto andou tudo escandalhado. Perdeu-se muito correio, mas agora está normalizado. O carteiro vem todos os dias"

Muitas contas ficaram por pagar, assim como pensões por levantar e até houve faltas a consultas e juntas médicas

Ana Petcoto Fernandes
locais@jn.pt

ARCOS DE VALDEVEZ A mercearia de Rio Cabrão, em Arcos de Valdevez, voltou esta semana a ser "a central de correios" da aldeia, onde a população idosa vai buscar cartas, receber reformas e pensões e pagar faturas de luz, água e telefone. João Martins, proprietário do estabelecimento, assume "o serviço" de entrega de correspondência e de pagamentos para auxiliar os habitantes, na sua maioria com idades entre 70 e 80 anos.

Neste verão, viu a clientela bater-lhe à porta, todos os dias, durante cerca de um mês, aflita com a ausência de cartas e de carteiro.

Houve quem faltasse a consultas e juntas médicas e recebesse avisos por telefone de corte de serviços por falta de pagamento.

A situação, provocada pela falta de trabalhadores dos CTT no Centro de Distribuição de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, começou em julho e arrastou-se durante agosto. Nesta semana, ficou "completamente regularizada", afirma o merceiro e fonte oficial da empresa. Contactado pelo "Jornal de Notícias", fonte dos CTT referiu que "a situação está completamente regularizada. As equipas estão a laborar em pleno, tendo sido reforçadas, por forma a dar a melhor resposta às necessidades".

Os CTT não responderam ao pedido para especificar dados sobre a equipa que está no terreno e número de novas contratações para suprir as necessidades.

QUASE NA ÚLTIMA

"As cartas dos 'abonos' dos velhos estiveram quase um mês sem vir. Vieram quase na última. Pegá-

SAIBA MAIS

Ausências não previstas

No final de julho, os CTT confirmaram "constrangimentos" na distribuição em Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, justificando com "ausências não previstas de quatro colaboradores, que não foi possível substituir devido a dificuldades de recrutamento".

Greve

Após queixas da população, o Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios iniciou a 23 de agosto uma greve às duas primeiras horas de cada turno e ao trabalho extraordinário para reivindicar novas contratações. Depois, os CTT contrataram cinco carteiros para Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, sendo desconvocada nova paralisação entre 7 e 20 deste mês.

mos no telefone e ligámos para os Correios daqui, mas não atendiam. Fomos até Lisboa. Não saímos de casa, mas fomos até Lisboa", conta João Martins, referindo: "O problema grave começou a meio de julho. Estivemos três semanas que não apareceu aqui ninguém (dos CTT) e sabe que as pessoas mais velhas estão sempre à procura dos vales. Muitos sou eu que os pago. Agora, o correio tem vindo todos os dias à tarde".

Na única mercearia de Rio Cabrão, por vezes é Cátia Martins, filha do merceiro, que está ao balcão. Aconteceu anteontem, quando o reformado Gaspar Gomes se apresentou para receber a reforma, que chegou a tempo e horas. "As pessoas precisam do dinheiro para o dia a dia e no mês passado muitas reformas só chegaram no fim do mês. Foi mesmo caótico", afirmou a jovem, comentando que, entre convocatórias para consultas e juntas médicas, e faturas de serviços, "houve cartas que nunca apareceram".



Jn.pt Diário, Ano 134, N.º 100, Preço: 1,30€ Quinta-feira 9.9.2021

Director-Geral Editorial Domingos de Andrade / Directora Inês Cardoso / Directores-adjuntos Manuel Molinos, Pedro Ivo Carvalho e Rafael Barbosa / Director de Arte Pedro Fimetal



Algoritmo identifica risco e ajuda a evitar reprovação dos alunos P. 7

Autárquicas Candidatos a Famalicão apostam em melhorar os transportes

A. Valdevez Rio Cabrão desesperou um mês à espera do carteiro

Debate do JN deixa à vista discórdia na ampliação do CITEVE P. 12 e 13

Idosos impedidos de receber reforma devido a problemas na distribuição P. 26

Estado falha em toda a linha no controlo de incendiários

Apenas 13 têm de passar época de fogos em prisão domiciliária

Programa de reabilitação na cadeia ainda não saiu do papel

Vigilância prometida pelo Governo limitada à PJ Páginas 4 e 5

Municípios querem forçar EDP a liquidar taxa pela ocupação dos solos P. 6

Terrorismo Funcionária do SEF arguida por auxiliar iraquiano P. 20

Petrogal Despedimento coletivo avança no dia 15 P. 24

Escola Filhos de famosos prontos para o regresso às aulas P. 38

LEONARDO MOTA/OLYMPIA/REUTERS



VILA DO CONDE É LÍDER NA CONQUISTA DE HABITANTES

Concelho teve maior crescimento no distrito do Porto, com contributo de imigrantes P. 23



Benfica Ações de Vieira podem ir parar às mãos de John Textor

Clube decidirá compra após saber quem negocia com ex-presidente P. 39

Clássico Lei obriga adeptos do F. C. Porto a pagar mais por bilhetes P. 40

Luciano e Ticiano saíram de Salvador, no Brasil, à procura de segurança



Empresas criaram novos postos de trabalho

Disponibilidade de emprego explica aumento da população

INVESTIMENTO Dos têxteis ao retalho alimentar, nos últimos dez anos empresas de grande dimensão escolheram Vila do Conde e a Póvoa para se instalar. Mais emprego pode ajudar a explicar mais população.

Em Vila do Conde, em 2017, a Nelo investiu quase dez milhões na nova fábrica. Deixou Canidelo rumo à zona industrial da Varziela. A gigante dos caiaques passou de 120 para 200 trabalhadores. Ali ao lado está, também, desde 2018, a Têxtil Cães de Pedra. A dona das marcas Lion of Porches e Decénio saiu de Guimarães e comprou as instalações da falida Tsuzuki. Emprega 150 pessoas.

Também em 2018, a Ibersol, dona do Burger King, a Pizza Hut e a KFC, entre outras, abriram uma cozinha industrial em Modivas e criou 30 postos de trabalho. No que toca a hipermercados, só desde 2017, abriu a Bricomarché e a Roady, o Aldi e a Mercadona têm abertura prevista para breve.

Na Póvoa, o centro logístico da Mercadona foi o maior investimento no concelho dos últimos anos. A gigante do retalho espanhol escolheu o Parque Industrial de Laundos (PIL) como "quartel-general". Em 2019, investiu 21 milhões de euros num armazém de produtos secos, refrigerados e congelados que abastece todo o norte e dá emprego a 258 pessoas. Já este ano, há uma ampliação em curso (mais 20 milhões de euros) para erguer a Logifruit, uma unidade do grupo que recebe, lava, desinfeta e redistribui pelas várias lojas as caixas de plásticos de transporte de frutas e verduras. Serão, no início de 2022, mais 100 postos de trabalho. ●



Mercadona abriu centro logístico na Póvoa



Greve na Docapesca paralisou lotas, diz sindicato

SALÁRIOS O sindicato que convocou a greve na Docapesca assegura que todas as lotas do país foram paralisadas, já que a adesão foi próxima dos 100%. O Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca assegura que o Ministério das Finanças está a travar o acordo de empresa e os aumentos salariais acordados entre os trabalhadores e a empresa.



Trabalhadores não voltam à greve

CONCILIAÇÃO Os trabalhadores da Super Bock decidiram ontem em plenário não avançar para uma nova greve e esperar pelo pedido de conciliação apresentado na DGERT - Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho para que a empresa "aceite pagar os 25 euros e 25 dias de férias que tinha acordado".

Recorde-se que os traba-



Funcionários reclamam aumento

lhadores realizaram uma greve em agosto, mas a empresa anunciou já este mês um aumento de 1,5% nos salários "muito aquém do que tinha acordado", diz José Eduardo, do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebida e Tabacos de Portugal.

Os trabalhadores exigem aumentos de 40 euros e, "temendo que uma nova greve não tivesse o impacto esperado", resolveram esperar pelo pedido apresentado na DGERT. ●



DIREITO DO TRABALHO

Para especialistas, é inoportuno mexer nas leis laborais

Ocorrem mudanças em 2019 no código laboral e está ainda por fazer a recuperação da crise pandémica. Por isso, mudar leis ó para os especialistas em nesta área ó agora inoportuno.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

O Governo apresentou aos parceiros sociais a chamada "Agenda do Trabalho Digno", contendo 64 propostas. As medidas concretas continuam ainda por divulgar publicamente, mas em causa estão, segundo informação avançada pelo ministério de Ana Mendes Godinho, aspetos como dificultar as renovações dos contratos temporários ou encurtar o aviso prévio para denúncia do contrato durante o período experimental. Até que ponto são estas alterações necessárias? Para os especialistas em Direito do Trabalho ouvidos pelo Negócios, as mudanças podem ser contraproducentes, sobretudo porque as matérias em causa já constam da revisão legislativa de 2019, mas também pelo momento adverso que as empresas enfrentam na sequência da crise pandémica.

Carmo Sousa Machado, advogada e sócia da Abreu, entende que "não há necessidade de se proceder a alterações à legislação laboral e o momento é mais do que inoportuno". Em sua opinião, "as empresas que conseguiram sobreviver aos inúmeros danos económico-financeiros e sociais causados pela já longa pandemia precisam de apoios e incentivos e não de regras que dificultem a contratação e a gestão dos seus trabalhadores".

Além do mais, adianta, "legislar em resposta a situações excecionais não é avisado. E quer se goste quer não, o certo é que o mercado de trabalho e os empresários responderam muito positivamente às enormes adversidades



Governo tem revulvado que pretende criar condições para melhorar as relações do trabalho da população com ligações precárias.

que tiveram e têm que enfrentar", sublinha, para depois deixar uma pergunta: "alterar a legislação agora para quê?".

"Todas estas medidas, nos termos em que têm sido divulgadas, exprimem um claro propósito do

Para os advogados, a precariedade deve ser combatida, mas as empresas devem ter mais facilidade em ajustar equipas.

Governo de completar as alterações que, em matéria de contratação a termo, foram inseridas no Código do Trabalho em 2019, bem como de fazer face a certos desenvolvimentos indesejáveis decorrentes das mesmas", entende, por seu turno, Diogo Leote Nobre, sócio da Miranda.

Na perspetiva do mesmo advogado, "tendo em 2019 sido drasticamente limitadas as condições (em especial a duração e as renovações) em que os empregadores podem valer-se desta solução, justifica-se agora, dois anos volvidos, avaliar o impacto dessa opção na própria contratação a termo, mas principalmente nas demais modalidades de vinculação temporá-

ria - com destaque para os estágios" -, e adotar as medidas que se mostrem necessárias para evitar que o objetivo de combate à precariedade prosseguido em 2019 seja defraudado mediante a adoção de modos alternativos de prestação de atividade.

Contudo, o mesmo sócio da Miranda sublinha que "antes, e além de novas e eventuais alterações legislativas, o combate ao trabalho precário pode e deve fazer-se através do reforço das capacidades inspetivas e punitivas das autoridades fiscalizadoras".

Nuno Ferreira Morgado, sócio coordenador da PLMJ da área de Direito do Trabalho, critica o facto de "a legislação laboral ter

Duarte Roriz



Período experimental, plataformas e ainda teletrabalho para mudar

sido, a par da legislação fiscal, uma das que tem merecido mais intervenções legislativas". Por isso, sublinha, "mais do que discutir a necessidade de mais alterações, o que importa avaliar é se as propostas agora em discussão contribuem para o equilíbrio do ordenamento jurídico-laboral. Aqui a resposta é necessariamente negativa".

Em sua opinião, "as propostas inserem-se na defesa do 'trabalho digno', com destaque no combate ao recurso de formas precárias de contratação de trabalhadores. É um facto que existe precariedade no mercado de trabalho em Portugal. No entanto, importa perceber as causas que lhe subjazem, sendo uma delas a existência de uma barreira muito relevante nos despedimentos".

Ainda de acordo Nuno Ferreira Morgado, "esta barreira leva as empresas a não arriscar na contratação de trabalhadores permanentes e a procurar formas flexíveis de satisfazer as suas necessidades de mão de obra". O combate à precariedade "pode e deve ser feito, mas têm, paralelamente, de ser assegurados às empresas mecanismos de ajustamento mais expeditos, menos complexos e geradores de menos contingências", frisa o advogado. ■

Antes de mudar leis, combater o trabalho precário deve passar pelo reforço da ação inspetiva e da fiscalização.

A haver mudanças no Código do Trabalho, ainda que limitadas, quais deveriam ser feitas? Desde a melhoria da legislação do teletrabalho, até à redução do período experimental para jovens e desempregados de longa duração, os advogados especialistas em Direito do Trabalho ouvidos pelo Negócios deixam algumas ideias.

Fátima Remelgado, sócia da RSN, destaca, "entre as várias medidas laborais cuja alteração suscitou anteriormente alguma polémica", está a que diz respeito ao período experimental, tendo "vindo agora o Governo propor a revogação do aumento do período experimental para 180

dias (em vez dos habituais 90) para trabalhadores sem experiência à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração". Para esta advogada, "tal extensão poderá desrespeitar o direito dos trabalhadores e promover a desigualdade e precariedade laboral", pelo que necessita de ser alterada.

Idêntica opinião é partilhada por Diogo Leote Nobre, sócio da Miranda, que num outro plano, diz ser "necessária uma regulação do trabalho em plataformas digitais". Tal regulação, defende, "deverá estabelecer regimes próprios nos planos fiscal e contributivo e, bem assim, prever soluções em

matéria de proteção social para estes trabalhadores".

Já Carmo Sousa Machado, sócia da Abreu, entende que as alterações que devem ser equacionadas são as que assumam a necessidade de adaptar a legislação à nova realidade do trabalho, regulando-a e não combatendo-a. "O teletrabalho veio para ficar, ainda que em modelos híbridos; os nómadas digitais são uma realidade; os trabalhadores de plataformas digitais outra. Legislemos tendo em conta o futuro, que é o presente, e não agarrados ao passado. E oiçam-se as várias partes interessadas, entre as quais se incluem os trabalhadores", frisa.

Para Nuno Ferreira Morgado, sócio da PLMJ, o Código do Trabalho precisa de alterações. "Em primeiro lugar, precisa de resolver um conjunto de questões decorrentes de má técnica legislativa, as quais são geradoras de dúvidas na aplicação da lei da qual decorre a consequente insegurança jurídica que não protege nem trabalhadores, nem empresas". Segundo diz, esta intervenção é necessária "sobretudo em matérias como a formação profissional, retribuição, articulação entre privacidade e novas tecnologias nas relações laborais e, em particular, no despedimento por inadaptção". ■



As alterações à lei? As que assumam a necessidade de adaptar à nova realidade do trabalho, regulando-a e não combatendo-a.



CARMO SOLISA MACHADO
Sócia da Abreu Advogados



Regulação deverá estabelecer regimes próprios nos planos fiscal e contributivo [...] e proteção social para trabalhadores de plataformas digitais.



DIOGO LEOTE NOBRE
Sócio da Miranda



[Má técnica legislativa gera] dúvidas na aplicação da lei e insegurança jurídica que não protege nem trabalhadores, nem empresas.



NUNO F. MORGADO
Sócio da PLMJ



Extensão do período experimental poderá desrespeitar direito dos trabalhadores e promover a precariedade laboral.



FÁTIMA REMELGADO
Sócia da RSN

negócios

Quinta-feira, 9 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4576 | € 2,70
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

PAULO MORGADO
A gestão por "batch"
e a falta de produtividade
OPINIÃO 26



A. NOGUEIRA LEITE
É de temer o modo como o país vai estar depois do PRR
OPINIÃO 27



Publicidade

O meu 11 de setembro

20 gestores contam onde estavam, o que faziam e as memórias desse dia

“Foi difícil separar a realidade da ficção. A principal prioridade passou por tirar colaboradores e familiares de eventuais zonas de perigo.”

“Passámos a viver muito mais dominados pelo medo, o que transformou por completo as relações entre Estados, empresas e pessoas.”

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

BA&N
Communications Consultancy
Communications consultancy designed to deliver results.
www.ban.pt

Lex
Especialistas dizem que é inoportuno mexer nas leis do trabalho
ESPECIAL 12 e 13

Bolsa
Greenvolt foi promovida e vai entrar no PSI-20 a 20 de setembro

HOME PAGE 2

Publicidade

2021
5ª EDIÇÃO
UMA ÁRVORE PELA FLORESTA
2021 5ª EDIÇÃO
UMA ÁRVORE PELA FLORESTA
ctt

Portugal é o quarto pior na recuperação do PIB

No segundo trimestre, apenas 10 países da UE já estavam com o produto igual ou superior ao final de 2019. Irlanda lidera a retoma. ECONOMIA 10 e 11

Contabilista do GES quis compensação financeira para manter o silêncio

EMPRESAS 16 e 17

O que preocupa o setor automóvel? Quando é que chegam os "chips"

EMPRESAS 18



Despedimento na Galp avança a 15 de Setembro

O despedimento colectivo dos trabalhadores da refinaria de Matosinhos vai acontecer, para a maioria, a 15 de Setembro, avançou ontem a comissão central de trabalhadores (CCT) da Petrolgal à Lusa, defendendo que o dia que ficará como o “mais negro” na história da Galp.

O grupo petrolífero vai dar início a um despedimento colectivo de cerca de 150 trabalhadores da refinaria de Matosinhos, após ter chegado a acordo com 40% dos cerca de 400 colaboradores da unidade.

“O despedimento colectivo dos trabalhadores da refinaria do Porto consumar-se-á, para a maioria dos trabalhadores, a 15 de Setembro e será o marco mais negro na história da empresa/grupo associado à decisão comprovadamente errada do encerramento daquela instalação”, sublinhou a CCT, em comunicado.

A Galp desligou a última unidade de produção da refinaria de Matosinhos em 30 de Abril, na sequência da decisão de concentrar as operações em Sines.

A petrolífera justificou a “decisão complexa” de encerramento da refinaria com base numa avaliação do contexto europeu e mundial da refinação, bem como nos desafios de sustentabilidade, a que se juntaram as características das instalações. Mais de 100 continuarão a sua actividade, quer em Matosinhos, quer em Sines. **Lusa/PÚBLICO**

Política Deputados debatem período de luto dos pais

Luto parental na UE vai das 26 semanas na Dinamarca a apenas um dia em Malta

Numa semana, petição pública da Acreditar – Associação de Pais de Crianças com Cancro chegou aos 52 mil subscritores, mais de metade do objectivo mínimo para ter força no Parlamento

Nuno Ribeiro

São díspares os regimes jurídicos da União Europeia, incluindo ainda o Reino Unido, face ao luto parental, sobre o qual a Acreditar – Associação de Pais de Crianças com Cancro – lançou uma petição pública na passada semana para que passe de cinco para 20 dias, e que ontem, volvidos oito dias, foi subscrita por 52 mil cidadãos. Os parâmetros vão desde o patamar mais generoso, as 26 semanas da Dinamarca, a apenas um dia, em Malta. Também os critérios não são uniformes quanto aos dias remunerados, existindo margem negocial para as partes – a empresa e o trabalhador em luto parental – e o estipulado nos contratos de trabalho.

A partir deste ano de 2021, devido a uma petição apresentada no Parlamento, a Dinamarca concede uma licença especial de 26 semanas remuneradas na morte de um filho desde que tenha idade inferior ou igual a 18 anos. Também recentemente, desde Julho, a Bélgica adoptou dez dias remunerados em caso de luto parental.

Já na Alemanha coexistem dois regimes. Um para a Função Pública, de dois dias de licença especial remunerados, mas já no caso do contrato individual privado, os dias aplicáveis não estão consagrados, resultando do estipulado no contrato de trabalho ou da negociação com a empresa. Contudo, é comum a média de dois dias da Função Pública alemã.

Por ordem decrescente do número de dias, segue-se o caso irlandês, de 20 dias úteis remunerados, de algum modo o modelo inspirador da petição da Acreditar. O Reino Unido, apesar de já estar fora da União Europeia, mas num processo resultante de uma petição apresentada há dez anos pela mãe de um menino de dois anos que faleceu, denominada *Jack's Law*, decidiu em 2020 atribuir duas semanas.

A seguir, aparece a Suécia com dez dias úteis, e uma série de outros países com sete dias úteis. Caso da Croácia e da Eslovénia, sendo que em ambos apenas um dia é remunerado. Na Áustria, o ordenamento jurídico não prevê qualquer fórmula, sendo a matéria regulada nas convenções colectivas de trabalho. Mas o período normal é de uma



A Assembleia da República irá debater o tema do luto parental. O partido liderado por Catarina Martins terá uma iniciativa

semana remunerada.

Já em França são sete os dias úteis de luto parental caso o filho tenha idade igual ou inferior a 25 anos, e cinco dias noutros casos, embora só uma das faltas seja remunerada. Com direito a cinco dias estão os pais que perdem um filho menor no Luxemburgo e a três dias caso não se enquadre nesta faixa etária, sempre integralmente remunerados. Cinco dias úteis têm, também, os

cipriotas. Pagos são, ainda, os três dias úteis da Roménia, ao passo que em Itália e na Eslováquia dos três dias de luto parental apenas um é remunerado. No lado oposto, está a Lituânia em que os três dias não são remunerados.

O levantamento comparativo feito pela Acreditar detecta sistemas mistos. Como o espanhol, que soma dois dias úteis de luto a outros dois, em caso de necessidade de deslocação para funeral, embora apenas uma falta seja remunerada. Dois dias úteis é o registo da Polónia, o mesmo da Grécia e semelhante à Hungria e Bulgária, embora húngaros e búlgaros só sejam remunerados numa falta. No sopé, está Malta com um único dia remunerado.

Há, ainda, outros casos menos definidos. Nos Países Baixos depende da negociação com a entidade empregadora ou o disposto nas convenções colectivas. O mesmo ocorre na Letónia.

100 mil assinaturas

Desta lista não constam a República Checa, Estónia e Finlândia, cujos dados ainda não foram recolhidos pela Acreditar. No entanto, os cinco dias de luto parental estabelecidos em Portugal são polémicos. “Cinco dias consecutivos correspondem praticamente ao período necessário para o tratamento das formalidades pessoais e legais atinentes à morte de um ser humano, não restando sequer um merecido período de pausa laboral para o exercício afectivo do luto parental”, refere a jurista Patrícia Mendes.

“Na Europa, esta questão ainda é marginal e reflecte a aversão a discutir estes temas”, afirma, ao PÚBLICO, Margarida Cruz, directora-geral da Acreditar. “Apresentámos a questão do cancro pediátrico ao Parlamento, a assistência foi reduzida, convidámos todos os partidos, mas não houve nenhuma evolução legislativa”, lamenta.

“O objectivo que traçámos foi conseguir 100 mil assinaturas, quanto mais assinaturas, maior é a probabilidade de sucesso, e a petição pública tem outra virtualidade, lança o debate sobre o luto parental, situação em que as pessoas se sentem sós”, afirma. “Depender da vontade das partes prejudica o mais frágeis, com menor capacidade negocial”, conclui.

PAN e BE têm proposta

Depois de Inês de Sousa Real, porta-voz do PAN ter revelado ao PÚBLICO que a sua bancada vai apresentar um projecto de lei para que o luto parental passe dos actuais cinco para 20 dias, soma-se outra iniciativa no mesmo sentido a ser apresentada na Assembleia da República. Os deputados do Bloco de Esquerda apresentaram um projecto de lei que vai no mesmo sentido do defendido pela Acreditar e que já constava no anúncio do PAN. “A garantia e a implementação de medidas que visem assegurar o apoio à família e à conciliação entre o trabalho e a vida familiar são essenciais na defesa dos direitos dos trabalhadores”, consideram os deputados bloquistas. Também ao PÚBLICO, o PEV adiantou que se irá associar a esta alteração.



Destaque ADSE

“Não aceitamos, não admitimos que alguém com ADSE tenha tratamento diferenciado”

Alexandra Leitão Ministra da Modernização do Estado responde a bastonário da Ordem dos Médicos sobre polémica com ADSE e confessa-se surpreendida com a reacção de alguns grupos privados de saúde

Hora da Verdade

Helena Pereira e Eunice Lourenço (Renascença)

A ministra da Modernização do Estado confessa-se surpreendida com posições da Luz Saúde e CUF, que ameaçam retirar vários actos médicos da convenção com a ADSE e responde, em tom duro, a críticas do bastonário da Ordem dos Médicos. Alexandra Leitão defende mesmo ser “inadmissível” e diz não acreditar que “a ética médica” leve profissionais a discriminar pacientes. **A ADSE está a ponderar a possibilidade de denunciar a convenção nas áreas ou valências em que se verificar que a prestação de serviços por um prestador não é integrada ou que o corpo clínico afecto à convenção não é suficiente. Caminhamos para uma estabilização ou vamos continuar nesta negociação na praça pública?** Sabíamos que a entrada em vigor

de novas tabelas ia ser sempre um momento importante porque as que existiam eram antigas, muito desactualizadas, mesmo em função da evolução da medicina. E davam azo a acertos, regularizações nos fins dos anos na casa de dezenas de milhões de euros. Tivemos actos em que os preços aumentaram, como as consultas, actos em que se mantiveram. É normal que uma coisa tão grande e com tanto impacto gere reacções e acertos também.

Estava à espera desta reacção tão vigorosa por parte de grandes grupos privados de saúde ao ponto de ameaçar deixarem de fazer partos convenccionados, por exemplo?

A primeira proposta é de Abril, adiou-se entrada em vigor. Ao longo deste longo diálogo havia alguns aspectos em que não havia acordo com alguns prestadores. No entanto, não esperávamos que houvesse a ideia de tirar da convenção tantos actos. O que o comunicado da ADSE diz é que, se numa tabela de determinada área clínica há actos fora e actos dentro, um beneficiário fica sem saber que acto A está fora ou dentro. É a própria coerência

interna das tabelas que é posta em causa. Aí, a ADSE tem que analisar se, em função do número de actos que está a ser retirado, se justifica ainda manter aquela tabela. Ou seja, se isso assumir proporções demasiado excessivas que ponha em causa a coerência da tabela.

E acha que se chegou a isso?

Neste momento, isso está a ser analisado pela ADSE. Não diria ainda que sim.

Esta polémica surge sobretudo com dois grupos de saúde, Luz Saúde e CUF. Está circunscrito a esses dois grupos e tem esperança que ainda seja possível chegar a acordo com esses dois?

Sim, são esses dois. Com as correcções circunscritas a três ou quatro actos, entre os quais os partos, que a ADSE já anunciou que ia fazer, tenho esperança em que a situação se regularize, a bem dos beneficiários que se sentem preocupados.

Corrigir será uma cedência a esses grupos?

Não veria assim. Acertos *a posteriori* são coisas naturais. Pode haver outros actos que estão a ser retirados e que não vão ser corrigidos porque não há nada a

corrigir. Daria este exemplo: as consultas passaram de participação de 19 para 35 euros e foram retiradas das convenções por alguns prestadores quando pretendíamos, com isso, que houvesse mais adesão.

Qual a racionalidade nessa retirada, então?

Não faço avaliação valorativa quanto a isso.

O bastonário da Ordem dos Médicos disse, a propósito de toda esta polémica, que é preciso assegurar a qualidade dos serviços médicos e acrescentou: “Não queremos mais casos como o do bebé sem rosto.” A qualidade dos serviços prestados está assegurada e depende do pagamento da convenção?

Não ouvi eu própria essas declarações, mas quero dizer que a nossa principal preocupação na ADSE é a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários. Não aceitamos, não admitimos, não configuramos como possível a leitura de que alguém que entra pela ADSE ou qualquer outro subsistema tenha um tratamento diferenciado. Isso é inadmissível e

“

Espero que este momento de maior instabilidade [com as novas tabelas da ADSE] seja curto e vá ser ultrapassado

[Corrigir será uma cedência a esses grupos?] Não veria assim. Acertos a posteriori são coisas naturais





Atendimento em serviços públicos

“Atrasos serão recuperados talvez até ao fim do mês de Outubro”

A devolução dos três dias retirados durante o período da troika vai avançar agora neste OE22?

Estamos num momento muito específico [de preparação do OE22]. No que toca à Administração Pública (AP), as opções estratégicas para este OE são uma valorização dos técnicos superiores da AP.

Então a prioridade clara são os técnicos superiores. Farão isso sem mexer nas restantes categorias?

Nos últimos anos, fruto do aumento do SMN, a base remuneratória da AP tem também aumentado. E tem havido aumentos nos escalões imediatamente a seguir, numa lógica de coesão social. Nas carreiras gerais da AP, temos três: assistentes operacionais, os assistentes técnicos e os técnicos superiores (os que têm licenciatura ou mais, estamos a falar de juristas, economistas, etc.). Depois há todas as carreiras especiais (professores, juízes, médicos, etc.). Nas carreiras gerais, temos 50% de assistentes operacionais, 25% de assistentes técnicos e 25% de técnicos superiores. Só um quarto das carreiras gerais são pessoas com qualificações superiores [são cerca de 78 mil]. Pretendemos que a AP seja atractiva para pessoas qualificadas e que a pirâmide desta composição se comece a inverter. Queremos também ter competências dentro da AP que diminuam o recurso ao outsourcing.

Essa valorização vai ser no salário-base de entrada, na progressão de carreira? E o que vai acontecer com quem já está e os novos que entrarão?

As várias possibilidades estão a ser analisadas e ainda é prematuro dizer qual é via. Depois também serão anunciadas e trabalhadas com os sindicatos.

Estamos na fase de discussão ainda dentro do próprio Governo?

Há uma opção estratégica em torno dos técnicos superiores. As soluções concretas - e são muitas - estão ainda a ser trabalhadas. Ainda não chamámos os sindicatos. Em Outubro, há sempre uma conversa com os sindicatos.

E vai ou não haver aumentos transversais em toda a AP?

Mais uma vez, é prematuro dizer. O ministro das Finanças disse, em recente entrevista, que isso é o

desejável no futuro, mas mais não posso dizer.

Posso concluir que aumentos de carreiras especiais são para esquecer neste próximo OE?

Não foi isso que eu disse. As coisas estão ainda a ser trabalhadas.

E que metodologia será usada pelo Governo? Será a inflação de 2021 ou a inflação esperada em 2022?

Ainda é cedo.

No final de 2019, o aumento aprovado foi de 0,3% em linha com a inflação, prometendo o Governo 1% para o ano seguinte, o que não aconteceu. Haverá agora essa compensação? Mas veio entretanto a pandemia. Sendo objectivo do Governo emergir desta situação pandémica com uma economia tão ou mais forte do que antes com a ajuda do PRR, nesse quadro, as opções têm que ser reanalisadas.

Na sequência da pandemia, neste momento, está a haver o regresso ao trabalho presencial, aos serviços públicos sem necessidade de marcação, mas há muitas queixas sobre filas, pedidos online que não estão a funcionar. Os sindicatos afirmam que não há meios suficientes para estes serviços. Vai haver esse reforço?

A Loja do Cidadão, que é a maior, fazia 5 mil atendimentos por dia antes da pandemia. Imagine-se o que isso criou de acumulado quando fechou. Claro que se reforçou muitíssimo o digital, mas o digital não responde a toda a gente por questão de illiteracia digital. Naturalmente que até se recuperar esse acumulado haverá ainda algumas dificuldades nos

serviços.

Tem alguma previsão de quanto tempo será preciso para recuperar esses atrasos?

Diria que um mês, talvez até ao fim do mês de Outubro isso seja possível.

O Estado continua a ser mau exemplo no uso de trabalhadores precários, nomeadamente na área da saúde. Muitos dos profissionais contratados durante a pandemia já foram descartados. Tem ideia de com quantos vai o Estado ficar?

Nas últimas estatísticas de emprego público (segundo trimestre 2021), havia um aumento significativo na Educação e Saúde. A ideia será sempre a de contratar as pessoas que agora estão a termo.

É esse também o caminho da negociação orçamental à esquerda...

É normal e desejável que as áreas fortes do Estado social sejam aquelas com que a esquerda, incluindo o PS, se preocupe.

Já teve reuniões com PCP e BE para este OE22?

Ainda não.

Já conseguiu convencer o ministro das Finanças a evitar um corte nas transferências para as autarquias em 2022 por causa da pandemia?

As transferências decorrem de uma fórmula que está na lei e que tem a ver com a arrecadação de impostos do ano anterior. Está na Lei das Finanças Locais e não a podemos mudar. 2022 será calculado com base no ano de 2020 porque o de 2021 ainda não terminou. Ainda estamos a fazer os nossos cálculos. Aqui não é um problema de articulação com o ministro das Finanças. Resulta de uma fórmula que está na lei. Naturalmente, procuraremos outras formas de ajudar. Olhe, dou-lhe o exemplo: o pagamento dos meios tempos nas juntas de freguesia ou o Fundo Social Municipal.

As autarquias candidataram-se a reembolsos de despesas na resposta à covid-19 no valor de 65,7 milhões de euros, mas só há 55,5 milhões. Quem vai suportar esta diferença de cerca de 10 milhões de euros?

Penso que terão que ser os 55 [milhões], que é o valor que está destinado no Fundo de Solidariedade da UE. Será encontrada obviamente uma forma de rateio [entre os municípios].

a ética médica não permitirá que aconteça.

Esta polémica surge numa altura de alargamento da ADSE, em que entraram mais 100 mil beneficiários devido à entrada dos prestadores de serviços na função pública. Até que ponto a alteração de tabelas pode prejudicar novas adesões, uma vez que a ADSE já não é obrigatória mas facultativa?

Este alargamento foi bem-sucedido, na casa dos 100 mil, com uma redução da média etária dos beneficiários. O movimento conjugado do alargamento com estas novas tabelas, que não têm como intuito a poupança, mas a previsibilidade, conduzem a uma sustentabilidade da ADSE que me importa salientar. Espero que este momento de maior instabilidade seja curto e vá ser ultrapassado.

Não teme que as pessoas desistam de aderir?

A imagem de marca da ADSE é a de que quando há uma coisa muito grave (e a comparticipação na oncologia mantém-se a 100%), pode-se contar com a ADSE. Por outro lado, a ADSE não tem “plafonamento”, ao contrário dos seguros de saúde.

Pergunta e resposta

Mais dias de luto parental: “Não consigo deixar de lhe dizer que concordo”

Esta semana foi lançada uma petição sobre luto parental que defende o alargamento de cinco para 20 dias para o chamado “período de nojo”. A ser assim, isto teria efeitos na AP. Concorda com esta proposta?

Vou ser muito franca: está a fazer-me uma pergunta sobre algo que eu ainda não pensei enquanto governante, mas não consigo deixar de lhe dizer que concordo.

Somos governantes, somos mães, somos mulheres e não consigo dizer que não concordo. Não concebo a violência de tal situação.

Se calhar estou aqui a cometer uma imprudência política mas não posso deixar de lhe dizer que concordo.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quinta-feira, 9 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.458 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

P

20 anos do 11 de Setembro
Sobrinho Simões “Senti um medo difuso, mas não pânico”

Simone Duarte “Há um ressentimento gigantesco com os EUA” **Mundo, 20 a 22**



Partidos já mudaram lei da eutanásia para contornar chumbo do TC

Nova versão da lei que evita conceitos “indeterminados” consensualizada entre o PS, BE, PAN, PEV e IL

A lei da despenalização da morte medicamente assistida está em condições de voltar à Assembleia em

Outubro. A sua primeira versão mereceu dúvidas do Presidente da República, que pediu a fiscalização

preventiva ao Tribunal Constitucional. E os juizes do TC declararam uma parte inconstitucional por se

basear em “conceitos excessivamente indeterminados”. Um consenso entre partidos procurou então clari-

ficar conceitos como o de “doença incurável e fatal” para contornar as objecções do TC **Política, 11**



Alexandra Leitão
“Não admitimos tratamento diferenciado a alguém com ADSE”

Destaque, 2/4

Zona Euro
BCE começa a discutir redução das compras de dívida pública

Economia, 26/27

PSD
Protagonismo de Rangel causa incómodo na liderança de Rio

Política, 12

Caso BES
Ricardo Salgado recusa ser “Responsável Disto Tudo”

Sociedade, 17

Iraquiano suspeito de pertencer ao Daesh interpôs acções num tribunal europeu para não ser expulso do país

Ammar, um dos irmãos iraquianos detidos em Portugal por suspeitas de ligação ao Daesh, teve a ajuda de uma advogada portuguesa para evi-

tar uma eventual expulsão do país. Duas acções foram assim interpostas no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. A falta de dados consis-

tes sobre as suspeitas levam pessoas que conviveram com os iraquianos a perguntar porque não foram protegidas **Sociedade, 16**

idealista

O portal imobiliário líder em Portugal